



Fig. 32 — *Campo abandonado da grande lavoura do Estado, no município de Nova Soure.*

donada, aguardando que o chefe da família se instale e mande buscá-los. O mesmo fato ocorre com os imigrantes de vários municípios da própria região estudada. Assim, os movimentos interiores afetam, às vezes, famílias inteiras à procura de trabalho.

15. AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS: A AUSÊNCIA DE ESTATUTO PARA O TRABALHADOR RURAL, O MAIS GRAVE DOS PROBLEMAS

O desenvolvimento sisaleiro permitiu a melhora da situação social da região. Numerosas escolas rurais foram abertas nesses últimos anos, e escolas secundárias começam a ser instaladas em várias cidades.

A assistência técnica de higiene e de economia doméstica ao cultivador e sua família é feita pelo Serviço de Extensão Rural da ANCARBA (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Bahia), que possui setores localizados em Serrinha, C. Coité, Valente e Santaluz, e irradiam sua ação sobre a zona rural desses municípios. Há médicos nas cidades mais desenvolvidas, tais como C. Coité, Valente, Santaluz e Senhor do Bonfim. Entretanto, na zona rural, a mentalidade não mudou muito; os medicamentos preferidos são sempre de ervas medicinais e os médicos são chamados para os casos graves e mesmo assim no último instante; as parteiras são chamadas de preferência por questões de hábito. *

* Em C. Coité visitei uma família onde o parto foi feito por uma parteira cega, de muita fama na região.

O serviço de profilaxia é realizado pelo Estado nos setores do Serviço de Endemias Rurais, sediadas em Serrinha e Senhor do Bonfim, com influência em toda a região. Seu objetivo é combater a peste bubônica, o tracoma, os vermes intestinais, a xistossomose e o kala-azar que estão em vias de desaparecer. *

Mas a assistência social não atingiu ainda o trabalhador do sisal; ele não tem nenhuma garantia; ganha por tarefa e se fica doente não recebe nenhum pagamento. Para o *maquinista* a situação é ainda pior: apesar da obrigação de fazer seguro de acidente para os motores, os proprietários não o fazem. Em caso de acidente, se o motor é segurado o trabalhador recebe uma indenização, se não ele nada recebe; e o maquinista perde sua mão e, algumas vezes, grande parte do braço.

Os exemplos de homens mutilados por acidente pelo motor ou pela bateadeira são numerosos. Existem casos em que ao mutilado não resta outra solução que apelar para a caridade pública.

16. MONOGRAFIAS DE LAVOURAS

Os inquéritos nos diversos estabelecimentos agrícolas foram feitos a partir do questionário anexo. Das pessoas entrevistadas, responsáveis pelas lavouras, dois terços declararam-se proprietários e o terço restante como administrador. Em geral são todos da região e instalaram-se por compra ou então por herança, tendo o pai adquirido a terra de grandes proprietários. Os mais idosos beneficiaram-se de uma lei de 1917 que facilitava a compra aos ocupantes das terras inexploradas.

A metade das pessoas que respondeu ao questionário exerce outras atividades ao lado da agricultura, principalmente a comercialização da fibra. As culturas de subsistência são feitas pelo lavrador e sua família, e a cultura do sisal por trabalhadores temporários. Mas há casos em que a cultura do sisal é feita em estabelecimentos de *faire-valoir* direto; o corte e o preparo da fibra são feitos por contrato verbal com um proprietário de motor, o qual, tendo trabalhadores, encarrega-se também da comercialização do produto, com direito a 75% da produção.

Apenas os grandes lavradores, ao mesmo tempo exportadores, responderam que faziam contabilidade. Todos os outros não fazem controle de suas lavouras; assim, em geral, não respondiam sobre o rendimento da produção.

16.1 *Exemplo de um minifúndio em Serrinha (11/10/66)*

Pequena lavoura com 8 tarefas, ou seja, 3,40 ha, localizada no distrito sisaleiro de Barrocas. Seu proprietário, de côr branca (sua mulher

* A peste bubônica espalhou-se na região a partir de 1961, em estreita relação com a extensão das lavouras do sisal. Ela é transmitida pela pulga das preás, as quais habitam sob as folhas do sisal. A pulga pode transmitir-se ao homem de 2 maneiras: contato accidental do trabalhador (tendo os pés descalços), ou então, no momento da caçada ao animal ou de sua preparação na cozinha. Dois dias são suficientes para matar a pessoa atingida, se ela não recebe os cuidados necessários.

também) tem mais ou menos 30 anos; possui 6 filhos (3 morreram na infância). Ele nasceu na propriedade que posteriormente recebeu como herança de seu pai.

Há 9 anos possui pequena lavoura de sisal. Antes cultivava apenas milho, feijão e mandioca, que mantém ainda em associação com o sisal para a subsistência da família. A produção da fibra é fraca e como não possui motor, paga NCr\$ 0,12 por quilo para o corte e o preparo da fibra. Tem uma renda de NCr\$ 0,04 por quilo.

A fim de manter sua família, êle associa a sua atividade de agricultor com a de pequeno negociante, utilizando uma das peças de sua casa como loja de alimentação. Já seu pai, além de agricultor, trabalhava como pedreiro, pintor de paredes ou em outros pequenos serviços.

16.2 *Exemplo de um lavrador com duas propriedades em C. Coité (13/10/66)*

Êsse é um caso muito comum na região. Uma propriedade tem 70 tarefas (30,45 ha), sendo 40 tarefas (18,42 ha) em sisal e o restante em caatinga; e outra propriedade possui 44 tarefas (19,16 ha) com 8 tarefas (3,48 ha) em mandioca e o restante em tabuleiro; essa última foi adquirida há 3 anos. As duas propriedades localizam-se no mesmo município, e são registradas em cartório, uma em seu nome e outra em nome de sua espôsa. Possui ainda uma casa na cidade, a fim de facilitar o estudo dos seus filhos que são 12, dos quais 7 rapazes (outros 4 morreram em criança).

A lavoura do sisal é feita depois de 5 anos, e possui a propriedade há 20 anos; antes era ocupada por pastagem natural e culturas de milho, feijão e mandioca; o sisal substituiu as culturas de subsistência, e algum gado vive ainda na caatinga. O rendimento da fibra do sisal é fraco, porém êle possui motor e um contrato com trabalhadores temporários para o corte e o preparo das fibras; êsse trabalho é feito de preferência no fim do ano, antes das chuvas que impedem a rápida secagem das fibras. Vende sua produção a um armazém da cidade de C. Coité.

16.3 *Exemplo de uma grande propriedade em Valente (16/10/66)*

Estabelecimento agrícola de mais ou menos 1.000 tarefas (435,6 ha) tendo 300 tarefas (130,68 ha) em pastagem, 100 tarefas (43,56 ha) em sisal e 5 tarefas (2,18 ha) com novas culturas da palma forrageira para o gado. Seu proprietário, de côr branca, tem 11 filhos, dos quais 7 maiores de 18 anos. Há 15 anos está no estabelecimento, tendo vindo de R. Jacuípe. Das 1.000 tarefas 40 são ocupadas por 20 famílias que lhe pagam aluguel e trabalham nas lavouras vizinhas. Êle está à frente do estabelecimento, e sua família possui um hotel na cidade de Valente, administrado pela espôsa e filhas.

16.4 *Exemplo de uma grande propriedade em Santaluz (21/10/66)*

Propriedade agropastoril de 4 000 ha (não se fala em tarefa, pois seu proprietário é evoluído) é o maior estabelecimento da região em superfície contínua. Possui 4 açudes, 2 tratores e 22 motores para o preparo da fibra. Cerca de 2 150 ha são em sisal (4 500 000 plantas), 17,42 ha em palma forrageira para o gado, e o restante em pastagem natural e caatinga. Existe alojamentos para 100 trabalhadores, e acredita que uma média de 110 pessoas da zona rural e da cidade vêm aí trabalhar.

Seu proprietário é também exportador. Assim a fibra é beneficiada, embalada e comercializada sem intermediários. A produção varia de 22 a 25 toneladas por semana, durante o período de corte. A produção anual atinge 800 ton.

A época da pesquisa, o proprietário em causa era também prefeito, realizando uma profícua administração naquele município.

17. CONCLUSÃO: AS NECESSIDADES DE UMA IMEDIATA REESTRUTURAÇÃO REGIONAL

Entre as conseqüências do desenvolvimento sisaleiro há umas de caráter positivo, enquanto outras representam as desvantagens desse mesmo desenvolvimento. No primeiro caso encontram-se a fixação do homem à terra, graças à possibilidade de aquisição de uma propriedade e a introdução da assistência médico-sanitária, que permite uma transformação dos costumes.

Entretanto, as conseqüências negativas são mais numerosas: àquela mais grave do meio físico, que é a "imobilidade" da terra por grandes áreas, cujo rendimento torna-se cada vez mais fraco, juntam-se outras de caráter humano, que é o crescimento demográfico natural e uma elevada taxa de imigração.

Nessas condições, a região vê seu futuro ameaçado não só pela "sobrecarga" do sisal mas também pela "sobrecarga" do elemento humano. A educação faz apenas seus ensaios, o que não dá boas perspectivas à geração autóctona. E se a essa geração juntam-se os excedentes de uma população móvel, igualmente sem instrução, os problemas tornam-se mais sérios.

Enfim, a ausência de garantias do trabalhador temporário agrava o problema, já real, da instabilidade da mão-de-obra, ainda mais que a cultura sisaleira, como é praticada atualmente, formará elevado número de mutilados, com a conseqüente ameaça de mendicância e desemprego, terrivelmente perigosos ao futuro do País.

A necessidade de uma reestruturação regional é um fato. Essa é uma tarefa difícil que depende da atenção dos poderes públicos, os únicos capazes de efetuar uma renovação das estruturas fundiárias e sociais da região.

AS NOVAS ESTRUTURAS REGIONAIS

O preparo da fibra do sisal para a comercialização criou, na área estudada, novas estruturas, que se evidenciam por um desenvolvimento da urbanização e abertura de vias de comunicação que facilitam as relações humanas.

18. AS EXIGÊNCIAS DO PREPARO DA FIBRA DO SISAL E SUA COMERCIALIZAÇÃO

18.1 *A importância dos armazéns*

O preparo da fibra começa na lavoura; em seguida sofre um processo de beneficiamento realizado nos *armazéns*, cada vez mais numerosos, que se localizam nas cidades ou nas vilas da zona sisaleira. Existem também *depósitos*, onde se faz o comércio da fibra bruta.

Nos armazéns as fibras são selecionadas em feixes homogêneos, as “bonecas”, a fim de facilitar sua introdução nas máquinas chamadas batedeiras; as fibras recebem uma espécie de escovadela, a “batida”, e tornam-se macias, lisas e livres de poeira; cada batedeira pode beneficiar 1 500 quilos de fibra por dia à base de 8 horas de trabalho. Uma nova seleção das fibras é feita, após o que são embaladas; em seguida as embalagens são classificadas e identificadas (cada prensa pode preparar por dia 15 a 20 embalagens) para, enfim, serem transportadas a Salvador para exportação.

Os armazéns e os depósitos são de propriedade dos agentes das firmas exportadoras ou de intermediários que são, na maioria das vezes, comerciantes influentes na região. Há armazéns que são também depó-



Fig. 33 — Transporte de fibra da lavoura ao armazém.

sitos e comercializam igualmente a fibra bruta, que é enviada a São Paulo e Salvador para o beneficiamento, a fim de ser exportada. O *refugo* é vendido às indústrias locais, de São Paulo, Rio de Janeiro e outros Estados.

A mão-de-obra dos armazéns é de origem local, muito numerosa (entre 30 e 100 trabalhadores segundo a capacidade dos armazéns) e não especializada. Há numerosas mulheres e também crianças; os homens encarregam-se do trabalho nas bateadeiras e na prensa para o preparo de embalagens. O pagamento é proporcional à produção e em alguns armazéns os trabalhadores têm direito a salário-família.

18.2 A Comercialização e seus problemas

A comercialização da fibra é feita na região, em outras cidades, tais como Juazeiro, Feira de Santana e Salvador. Na região estudada ela é feita pelos agentes (oficiais e oficiosos) das firmas exportadoras, ou por verdadeiros intermediários. As firmas exportadoras mais importantes são as seguintes:

<i>Firmas</i>	<i>Sedes</i>
Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro — SANBRÁ	Salvador
Luís Campelo & Cia. Ltda.	”
Teócrito Calixto Com. e Ind. Sisal Ltda.	”
Sisalbrás S. A.	”
Exp. Sisalba Ltda.	”
Sociedade Continental de Fibras “Brasil” Ltda.	”
Brandão Filho Exp. Imp. Resp. S. A.	”
Exp. Queiroz Ltda.	”
Moreira Irmãos & Cia. Ltda.	”
Exportadora Coelho S. A.	Petrolina
João Miranda	Salvador
B. Oliveira & Cia. Ltda.	”
Mineróleo do Brasil Ltda.	”
Nilton Oliveira & Cia. Ltda.	F. de Santana
J. Bandeira S. A.	Salvador
J. Gracindo S. A.	”
Bahiana Sisal Ind. Com. S. A.	”
Cassiano Marques S. A.	”
Viana Braga S. A.	”
Exp. João César	Juazeiro

Salvo para as agências oficiais na região, os armazéns funcionam como agências, mas em verdade são verdadeiros intermediários que fazem a transação entre o produtor e o exportador. Outras espécies de intermediários existem ainda: são aqueles que, tendo um caminhão, compram a fibra bruta diretamente nas lavouras para revendê-la aos armazéns. Em Jacobina esse tipo de intermediário é chamado *fiscador*.

Em geral os agentes fazem empréstimos para serem pagos com a produção; entretanto, algumas vezes, à época do vencimento, o cultivador não possui a quantidade contratada, então êle a procura em outras lavouras. Após o cumprimento do seu contrato êste intermediário desaparece.

O produto é vendido na própria lavoura, seja a intermediários ocasionais, seja a intermediários efetivos. O transporte é pago pelo produtor ou então pelo comprador. Mas é normal que o próprio cultivador prepare a fibra durante a semana e a faça transportar aos armazéns, no sábado, ocasião em que êle “presta contas”. Nesse momento recebe o valor da sua produção ou paga uma parte do seu débito.

Assim apresenta-se, para os produtores, o *problema do intermediário*, que é responsável pela diferença que existe entre o preço na fonte da produção e o preço do curso da Bôlsa para os tipos de fibra do sisal. Acrescenta-se também o problema da classificação da fibra, que é feita pelo comprador sem qualquer contrôle oficial.

18.3 Os “centros de concentração” da fibra do sisal e os mercados consumidores

A maior parte dos intermediários envia as fibras diretamente aos agentes de Salvador ou São Paulo. Entretanto, há na região cidades que fazem o papel de entreposto, pois são verdadeiros “centros de concentração” da fibra. (Fig. 34)

CENTROS DE CONCENTRAÇÃO REGIONAL
E DESTINO DA FIBRA DE SISAL - 1965
(excluindo SALVADOR)

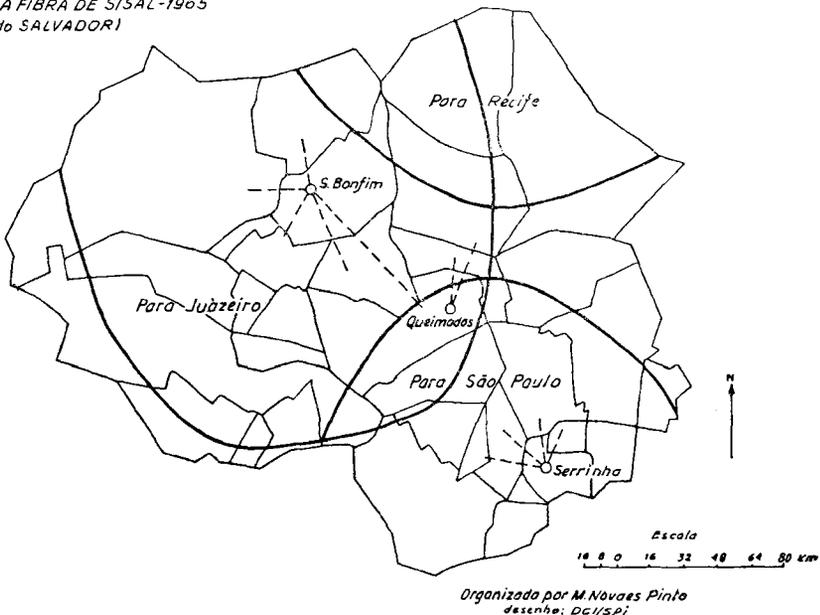


Fig. 34

Baseado nos recibos de pagamento de impostos ao Estado * constata-se a presença de três “centros de concentração” que são Serrinha, Queimadas e Senhor do Bonfim, privilegiados pela presença de agentes oficiais de firmas exportadoras; essas 3 cidades têm também a vantagem de serem bem servidas pelas vias de comunicação. A cidade de Serrinha, situada ao sul da *região sisaleira* *pròpriamente dita*, é o cruzamento rodoviário mais importante da região; possui também uma estação de estrada de ferro e é favorecida pela proximidade de Salvador.

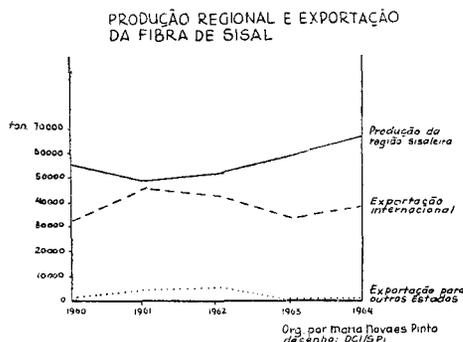


Fig. 35

A maior parte da produção da fibra de sisal é exportada, como se pode observar no gráfico anexo — Fig. 35 — para o período 1960-64. * A exportação internacional corresponde a 59,28% da produção regional em 1960; 96,58% em 1961; 83,74% em 1962; 58,30% em 1963 e 58,77% em 1964. O valor em US\$ é o seguinte:

1960 — US\$	7 262 463	1963 — US\$	10 504 123
1961 —	9 385 398	1964 —	11 895 107
1962 —	8 444 286		

Os principais compradores são a Alemanha Ocidental, os Estados Unidos, a Polônia, os Países Baixos, a Iugoslávia e a Checoslováquia. Os compradores mais recentes são a China Popular, a Alemanha Oriental e a Rússia. O gráfico — Fig. 36 — mostra os maiores compradores da fibra do sisal durante o período 1960-1964.

A bucha é também exportada, como atestam os dados do DEE para o ano 1964:

Estados Unidos	— 2 838 ton.	— US\$ 559 746
Canadá	— 100	19 232
Portugal	97	18 307
Alemanha Ocidental	— 10	2 079
Itália	— 10	1 911

No Brasil, a fibra do sisal da Bahia é vendida a vários Estados. Pode observar-se no quadro (anexo XX) a inclusão de outros estados do nordeste mais próximos do centro sisaleiro da Paraíba e em outros, onde a cultura do sisal se desenvolve nestes últimos anos, como Pernambuco, Sergipe, Rio G. do Norte, Ceará, Piauí. Também se constata a redução da compra, por vários estados, no ano 1965, em plena crise.

* Consulta aos recibos do Imposto de Vendas e Consignações referente à fibra do sisal, na Divisão de Arrecadação do Departamento de Receitas da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

** Dados do Departamento de Estatística do Estado (DEE).

PRINCIPAIS PAÍSES COMPRADORES DA FIBRA DE SISAL

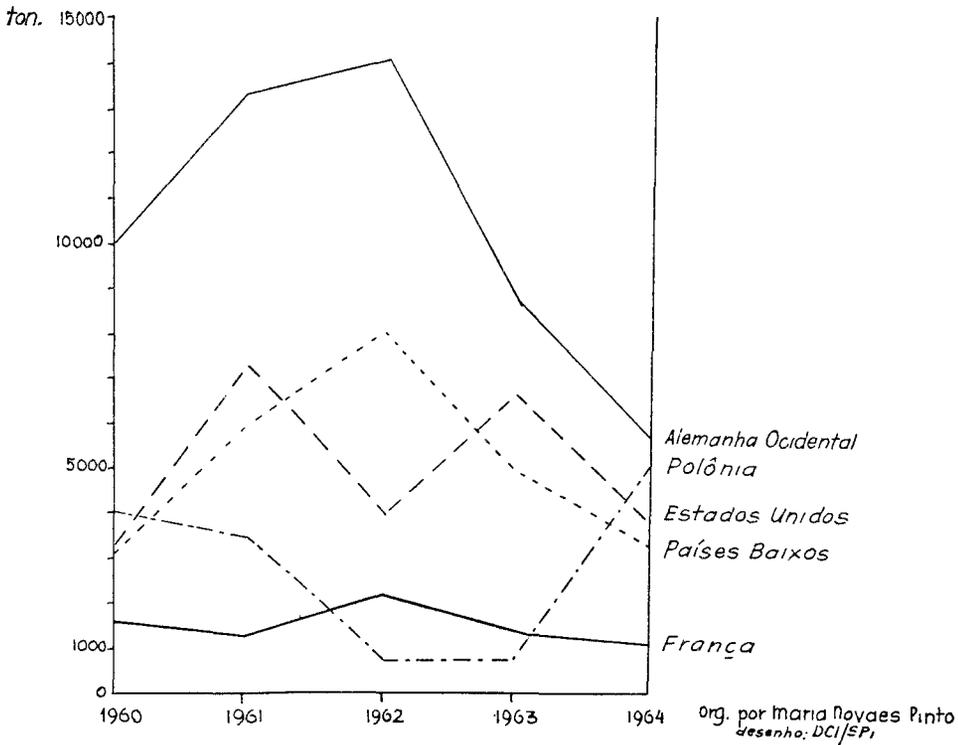


Fig. 36

Igualmente os maiores compradores de bucha são os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara, como mostram os dados anexos (DEE) (anexo XX).

As mais importantes empresas brasileiras compradoras da fibra e da bucha do sisal da Bahia são as de São Paulo, para a preparação de escovas, cordas, tapetes e sandálias; são as firmas seguintes:

- Indústrias P. Maggi S. A.
- Fábrica de Escovas Florença S. A.
- Fiação e Cordoaria Giusti S. A.
- Indústria de Tapetes Corvelo Ltda.
- Fibratex Comércio e Indústria
- H. Indiani & Cia. Ltda.
- São Paulo Alpargatas
- Indústria de Tapetes Cerello Ltda.
- Escovas Rotativa Ltda.

O transporte do sisal é feito principalmente por caminhão, a não ser de uma parte da produção que é enviada a Salvador e Juazeiro por estrada de ferro. Mas a preferência pela rodovia é evidente, em virtude da rapidez e das taxas menos elevadas que a estrada de ferro, em razão do seu volume, já que as embalagens do sisal são leves, apesar de ocupar mais espaço. Há também a vantagem de fazer o transporte desde a origem até os depósitos de destino.

As estações de estrada de ferro, onde o tráfego do sisal é o mais importante, são Jacobina, Santaluz e Queimadas. Durante os anos de 1964, 1965 e 1966 o tráfego na região estudada é o seguinte: *

Tráfego por estrada de ferro (quilo) partindo da região

	1964	1965	1966
Jacobina	1 819 500	2 899 000	4 357 530
Queimadas	1 110 060	2 325 701	1 112 571
Santaluz	1 027 900	2 929 734	540 522
Itiúba	951 191	45 260	263 800
M. Calmon	28 550	63 800	6 200
Saúde	14 500	—	—
Serrinha	6 220	2 873	73 016
C. Coité	1 550	590	2 944
S. Bonfim	380	324 490	25 720
Total	4 959 851	8 591 448	5 382 303

A vantagem do tráfego rodoviário é, então, evidente sôbre o tráfego ferroviário, para a fibra do sisal. Tomemos o exemplo do ano 1965: a produção regional foi de 70 047 ton. e apenas 8 591 ton. foram expedidas por estrada de ferro, ou seja 12,26% da produção.

19. O ESTABELECIMENTO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO

Até 1950 as comunicações da região com o exterior faziam-se pelos antigos caminhos de gado, preferidos pelas tropas, mas elas se faziam também pela estrada de ferro.

A via férrea foi construída no fim do século XIX, com o objetivo de estabelecer a ligação entre Salvador e Juazeiro, na época, importante vila à margem do rio São Francisco. Uma ramificação da via férrea cortava a região no sentido SE-NW, enquanto uma outra seguia o rebordo da Chapada Diamantina. As duas ramificações uniam-se em Senhor do Bonfim, de onde partia o prolongamento em direção a Juazeiro. Compreende-se bem a importância da cidade de Senhor do Bonfim, constatada no ano de 1940.

Com correspondência, a região liga-se ao nordeste e ao sul do país pela estrada de ferro. Mas as necessidades econômicas condicionaram a abertura de estradas, a fim de permitir o escoamento da produção brasileira. (Fig. 37)

Em 1959 um tronco rodoviário que ia de Serrinha a C. Coité foi pôsto em circulação. De C. Coité até Santaluz, a rodovia era ainda utilizada por carroças e o tronco Santaluz-Queimadas estava em construção. De Queimadas a Itiúba havia, como ainda hoje, duas estradas, uma das quais utilizada por carroças. O traçado para Valente foi construído mais tarde, mais ou menos em 1964.

* Dados da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Para o ano de 1964 os dados são a partir do mês de março.

a Juazeiro, num percurso de 385 km; ela beneficia, no seu trajeto, entre outras, as aglomerações de Riachão do Jacuípe, Noventa, Gavião, Peixe, Capim Grosso, Pedras Altas, Ponto Novo, Barracas, Filadélfia, Lagarto, Senhor do Bonfim, Carrapichel, Estiva, Jaguarari, Itumirim, Flamengo e Massaroca, tôdas na região estudada.

Além de favorecer os municípios situados na borda dessa estrada, ela torna possível a abertura de outras, graças a ligações secundárias. Por outro lado, a Rodovia Lomanto Júnior isola as cidades da encosta da Chapada Diamantina, tais como Miguel Calmon, Jacobina, Caém, Saúde, Pindobaçu e Antônio Gonçalves, pois as estradas que as ligam não são asfaltadas, enquanto que a BA-4, asfaltada, percorre uma região pioneira.

Salvo a BA-4, tôdas as estradas da região estudada são em *terra batida*, mesmo a BR-13, chamada Transnordestina, que se dirige para Fortaleza, e a BR-12 que vai para Natal. Na época das chuvas, tôdas as estradas, em terra batida, transformam-se, algumas vêzes, em lamaçal, entrando a circulação.

Também numerosas estradas rudimentares são abertas para ligar a sede municipal a diferentes zonas do município. Elas permitem a passagem de carroças e de viaturas adaptadas às penosas condições que fazem com que essas estradas se apresentem, algumas vêzes, como verdadeiros caminhos vicinais alargados.

20. O ESBÔÇO DE UMA RÊDE URBANA

A região estudada apresenta uma rêde urbana, que será devidamente identificada a partir de pesquisas especiais que, entretanto, escapam ao objetivo dêste trabalho. A título de colaboração esclareço que essa rêde urbana encontra-se no estágio mais elementar, pois que tôdas as cidades possuem ainda uma função agrícola notável, pelas seguintes razões: a atividade essencial é a comercialização dos produtos agrícolas do município, como o sisal e a mamona; também uma grande parte da população urbana é constituída por agricultores que têm uma residência na sede municipal, a fim de facilitar os estudos de seus filhos. Os agricultores "urbanos" colocam-se ao lado dos comerciantes, dos profissionais liberais, dos empregados de comércio e de serviços, e dos trabalhadores agrícolas.

Acrescento ainda que essa *rêde* é definida pelas relações comerciais e intelectuais, pois que a *indústria* é rudimentar, baseada na preparação da fibra do sisal e de cordas, da fabricação de cestos e de móveis, tendo mão-de-obra essencialmente local. Das 125 indústrias regionais, tendo mais de 5 empregados, 99 dedicam-se ao beneficiamento da fibra e de cordas de sisal, que correspondem a 80% das indústrias (anexo XXI). Constata-se, igualmente, que as indústrias do sisal situam-se nos municípios do núcleo sisaleiro (C. Coité, Valente, Retirolândia, Santaluz) e também em outros, onde essa cultura é importante: Serrinha, Queimadas, M. Santo, Tucano, Jacobina, M. Calmon e N. Soure. Os

serviços existem em S. Bonfim, Jacobina, Serrinha e, em grau inferior, em algumas outras cidades; entretanto, a ausência de dados recentes (de 1960 e anos seguintes) não permitem o estudo da estrutura dos serviços para chegar a uma conclusão das relações entre as cidades da região.

Entretanto, é possível ter-se uma idéia de certos elementos responsáveis pela formação dessa rede urbana.

20.1 O crescimento da população urbana

Dêsse fato testemunham os dados estatísticos. Como já vimos, as culturas do sisal permitem o agrupamento do *habitat*, dando como conseqüência um desenvolvimento à maior parte das cidades da região.

De 1940 a 1960 * a variação da população urbana é remarcável, com um aumento de 143,04%, enquanto que o aumento da população, rural é de apenas 38,88%, como mostra o Anexo XXII. Para a maior parte dos municípios, o aumento da população rural foi menos importante que aquele da população urbana. Alguns dêles, tais como M. Calmon e S. Bonfim tiveram uma redução da população rural. Caso especial é o município de S. Bonfim que, em 1940, era a cidade mais populosa da região (7 213 habitantes) e que aumentou de apenas 8,22%, em virtude do desenvolvimento de outras cidades na região estudada.

Numerosas vilas desenvolveram-se depois de 1940, a ponto de tornarem-se sedes administrativas dos municípios criados com a subdivisão de outros dos quais faziam parte. Graças à produção e à comercialização do sisal pode citar-se Valente e Retirolândia, que constituíam sedes dos distritos dêsses nomes, desmembrados de C. Coité; é o mesmo caso para Araci, Teofilândia e Biritingas, destacados de Serrinha; Cansanção de Monte Santo; Quijingue de Tucano. Outras novas cidades são Caém e Serrolândia, antigas vilas de Jacobina; Candéal e Ichu de Riachão do Jacuípe; Várzea do Poço de Miguel Calmon; Pindobaçu e Antônio Gonçalves de Campo Formoso e Mirangaba e Caldeirão Grande de Saúde. Assim, no lugar de 17 municípios, que constituem a região estudada, em 1940, existem 33, pela divisão administrativa de 1964.

Entre as vilas elevadas à categoria de sedes distritais em 1960, citam-se:

<i>Municípios</i>	<i>Sedes distritais</i>
Jacobina:	Itapiru São José do Jacuípe Várzea Nova
Serrinha:	Barrocas
Queimadas:	Nordestina
C. Coité:	Salgadália
E. Cunha:	Massacará
S. Bonfim:	Igara Tijuaçu

* Dados dos recenseamentos, dos quais os de 1960 são ainda parciais.

A influência da atividade sisaleira para o desenvolvimento dessas aglomerações é bem evidente: Várzea Nova, por exemplo, é o centro da região sisaleira do município de Jacobina; Barrocas corresponde à região sisaleira de Serrinha, e Igara e Tijuacu àquela de Senhor do Bonfim. Salgadália em C. Coité e Nordestina em Queimadas, estão no núcleo sisaleiro.

Entre outras aglomerações, que se desenvolvem graças ao sisal, pode-se citar Quicé em Senhor do Bonfim, Ponto Novo em Caldeirão Grande e S. Domingos e Ouro Verde,* no município de Valente.

Em 1965 a população das 33 cidades sedes municipais constituíam 19,68% da população total da região (quadro abaixo). Pode-se observar os valores absolutos da população e a percentagem sobre a região, das cidades de Senhor do Bonfim, Jacobina e Serrinha, que os colocam à frente das demais. É necessário sublinhar que a noção de cidade na região é essencialmente estatística e legal mais que funcional. São considerados como cidades as sedes administrativas municipais:

População das cidades em 1965

<i>Cidades</i>	<i>Valôres absolutos</i>	<i>% sobre a população</i>
S. Bonfim	16 200 habts.	14,19%
Jacobina	13 531	11,85
Serrinha	13 000	11,38
C. Coité	5 600	4,90
E. Cunha	5 000	4,37
M. Calmon	4 916	4,30
Tucano	4 236	3,71
Valente	4 000	3,50
Santaluz	4 000	3,50
C. Formoso	3 766	3,29
Queimadas	3 600	3,15
Itiúba	2 254	2,85
R. Jacuípe	2 254	2,85
Araci	2 500	2,18
C. Grande	2 400	2,10
Saúde	2 200	1,92
N. Soure	2 045	1,79
Jaguarari	1 994	1,74
M. Santo	1 984	1,73
Serrolândia	1 810	1,58
Pindobaçu	1 800	1,57
Uauá	1 700	1,48
Várzea do Poço	1 600	1,40
Cansanção	1 555	1,36

* Ouro Verde — designação dada à aglomeração criada na região, na época em que o sisal era considerado o *ouro verde* pelos habitantes.

População das cidades em 1965

<i>Cidades</i>	<i>Valôres absolutos</i>	<i>% sôbre a população</i>
Retirolândia	1 500	1,31
Caém	1 374	1,20
Ant. Gonçalves	1 138	0,99
Mirangaba	1 000	0,87
Candeal	871	0,76
Biringas	830	0,72
Teofilândia	700	0,61
Ichu	489	0,27
Quijingue	313	0,27
Total	114 160	100,00%

20.2 Os trabalhos de equipamento dos centros urbanos

Nas aglomerações onde tem sido mais forte o desenvolvimento nesses últimos anos, ruas são pavimentadas e outras são abertas em xadrez, para permitir sua extensão em tórno de uma praça central, onde se situam o comércio e os serviços. As casas são substituídas por outras mais confortáveis e também a pequena igreja por outra maior que domine a aglomeração e simbolize assim sua importância.

A energia elétrica existe em tôdas as sedes dos municípios e em algumas sedes distritais importantes. Em geral a energia é fornecida por um conjunto de motor a óleo diesel, mas a força hidráulica proveniente da cachoeira de Paulo Afonso começa a substituí-lo, graças a um Plano de Eletrificação do Estado, do qual faz parte o Sistema Elétrico do Sisal.

A primeira etapa do Sistema Elétrico do Sisal já foi concluída na região estudada, e compreende as seguintes *linhas de transmissão* num total de 905 quilômetros:

Serrinha — C. Coité	- 31,5 km	Retirolândia — Valente	· 10,0 km
C. Coité — Retirolândia	- 19,0	Retirolândia — Santaluz	· 30,0

O Sistema Elétrico do Sisal, além de proporcionar à população o conforto, proporciona também o progresso, pois vai permitir a eletrificação da zona rural com melhoria, também, das condições de beneficiamento da fibra.

As cidades de Jacobina, S. Bonfim, E. Cunha, C. Formoso, Tucano, N. Soure, Valente, Serrinha, C. Coité, Jaguarari e Caém têm o serviço de abastecimento de água potável, e as de Senhor do Bonfim, Jacobina, C. Formoso, Valente, C. Coité, Serrinha, Santaluz, E. Cunha e Araci têm serviços telefônicos interiores.

Em resumo, as cidades que têm serviços de energia elétrica, abastecimento de água e telefone são Jacobina, S. Bonfim, E. Cunha, C. For-

moso e Valente, e as cidades de Serrinha, C. Coité e R. Jacuípe têm êsses trabalhos em curso.

Casas de saúde e hospitais são construídos em Valente, Araci, Queimadas, Serrinha e em outras cidades, mas por questões de ordem material estão fechados. Assim, a população, tendo necessidade de serviços hospitalares e cirúrgicos, deve deslocar-se para Jacobina, Feira de Santana, Juazeiro ou Salvador. Para um caso simples de cirurgia ou para consultas, a assistência é feita em casas de saúde, clínicas particulares e nas residências dos médicos que se encontram em quase tôdas as cidades, a exceção de Araci, Teofilândia, Retirolândia, Candéal, Ichu, Uauá, M. Santo, Pindobaçu, Mirangaba, Cansanção, cujos habitantes se dirigem a Caém se necessitados de assistência médica e a R. Jacuípe, onde existe um hospital; os clientes de Uauá e M. Santo vão a E. Cunha; os de Caém a Jacobina; de Mirangaba e Pindobaçu a Saúde; de Cansanção a Queimadas; de Teofilândia, Araci e Biringas a Serrinha, de Retirolândia a C. Coité ou mesmo a Serrinha para onde afluem também os doentes de C. Coité e de Valente, para uma clínica particular ali sediada.

Escolas secundárias são criadas em C. Coité, Valente, Serrinha, R. Jacuípe, Queimadas, Santaluz, Tucano, V. Poço, ao lado de outras mais antigas, como em C. Formoso, Jacobina, S. Bonfim, M. Calmon, Saúde, C. Grande, Caém, E. Cunha e N. Soure. Assim, cidades como S. Bonfim e Jacobina não atraem, como antigamente, os jovens da região, seja por escolas secundárias, seja por escolas primárias, cada vez mais numerosas. Bibliotecas são encontradas nessas cidades.

A distração das cidades é assegurada por um alto-falante situado na praça central, que toca música e anuncia as novidades; também pelo cinema (C. Coité e S. Bonfim possuem 3; Tucano e M. Calmon 2) que se encarrega da apresentação de filmes e de representações teatrais e folclóricas do município.

O transporte urbano é elementar mas suficiente para a população, que prefere caminhar. Os rurais servem-se de cavalo ou jumento, de caminhões ou mesmo de ônibus para fazer o trajeto até as cidades.

Assim a urbanização faz ensaios nesses municípios, sob a forma de trabalho de equipamento das aglomerações, pela introdução e aperfeiçoamento das necessidades de higiene e de conforto e pela noção de cidade que se define em cada habitante.

20.3 *As relações comerciais*

Na região estudada verificam-se relações comerciais representadas pelo comércio varejista, pelos bancos e pela feira semanal. O comércio se abastece fora da região, seja na metrópole regional, Salvador, seja em outras metrópoles que aí estendem sua influência, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Aracaju.

Comércio varejista: êsse gênero de comércio é representado pelas lojas de tecidos, confecções, sapatos, artigos eletrodomésticos, móveis,

material agrícola, ferragens, produtos farmacêuticos, de mercearia, por padarias, açougues e outros estabelecimentos. Encontram-se nas cidades como também nas vilas e povoações.

Nessas condições, cada município tem a capacidade de fornecer a seus habitantes os produtos de primeira necessidade. Artigos especiais, como confecções, tecidos finos, são encontrados nas cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim e Serrinha. Jóias e artigos de luxo são procurados em Salvador.

Relações bancárias: muito ativas na região após 1960, as relações bancárias são feitas pelas agências de Bancos do Estado e de Bancos particulares. As influências exprimem-se, sobretudo, pelo raio de ação dos Bancos do Estado: Banco do Brasil S. A., em Serrinha, Jacobina e S. Bonfim. Banco do Nordeste do Brasil S. A. em Serrinha e Banco do Estado da Bahia S. A. em Valente, Euclides da Cunha e Tucano.

Certos municípios fazem parte do raio de ação de Bancos do Estado instalados fora da região. Assim, R. Jacuípe está subordinado às agências do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste do Brasil, em Feira de Santana e os municípios de E. Cunha e Tucano estão ligados à agência do Banco do Nordeste do Brasil, localizada em Cícero Dantas.

Os Bancos particulares são os seguintes: Banco Econômico da Bahia S. A., com as agências localizadas em Serrinha, Santaluz e Jacobina; Banco da Bahia S. A. em Serrinha, C. Coité, Valente, Santaluz e S. Bonfim; Banco Brasileiro de Descontos S. A. em Araci e Queimadas, e uma agência do Banco Comercial do Nordeste S. A. em R. Jacuípe. Esses bancos fazem empréstimos a curto prazo, principalmente a 90 dias. Assim eles não podem dar grande impulso às atividades agropastoris, que necessitam de um prazo mais longo.

Feiras semanais: os dias de feira são um acontecimento importante na vida regional. Atrai a população rural do próprio município onde ocorrem e também a população dos municípios vizinhos, que aí vêm fazer suas compras; mas atraem, também, comerciantes e agricultores que se reúnem para tratar de seus negócios

As principais feiras da região são as de Jacobina (aos domingos), muito reputadas pela variedade de produtos; são preferidas principalmente pelos comerciantes que adquirem mercadorias para as lojas ou para as feiras de outras localidades. Em outras cidades da região as feiras se realizam aos sábados na sede municipal e aos domingos ou segunda-feira nos povoados.

Os artigos, muito variados, são colocados em tabuleiros ou por terra, e a miscelânea de côres vivas e variadas das frutas e dos legumes misturam-se às dos tecidos, aos artigos domésticos de alumínio e vários outros produtos, inclusive cereais. Na periferia, caminhões vazios ou carregados de frutas, legumes, sacos de farinha e de milho, estão ao lado de jipes e camionetas, bem como dos animais que transportam vendedores e compradores. Por tôda a parte domina o tumulto da oferta e da procura misturado às tagarelices das pessoas e aos gritos dos animais.

20.4 *As influências comerciais exteriores*

A região encontra-se sob a influência da metrópole, Salvador, e também das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Aracaju e outras. A influência da metrópole reduz-se em direção ao norte, onde encontra-se com a de Recife, que atinge Jacobina e Serrinha.

Essas influências fazem-se por intermédio dos representantes comerciais de firmas sediadas nas grandes cidades; mas são feitas também através dos comerciantes locais, que se abastecem em Salvador e São Paulo, por exemplo, a fim de fazer no próprio local a escolha de mercadorias colocadas à venda nessas lojas, sejam elas atacadistas ou varejistas.

De Salvador vêm artigos de mercearia, vestuários, jóias, louças, medicamentos, ferramentas, etc. Com exceção dos artigos de mercearias, os outros vêm também de São Paulo. As especiarias e os tecidos são originários de Recife e Aracaju; medicamentos do Rio de Janeiro e São Paulo e móveis do Estado do Paraná.

20.5 *Monografia de um centro urbano — Valente*

Entre as cidades que tiveram grande desenvolvimento, devido à atividade sisaleira, a cidade de *Valente* ocupa um lugar especial pelo seu desenvolvimento rápido, estreitamente ligado à produção e comercialização do sisal. A cidade é a sede do município do mesmo nome, onde a população teve melhores benefícios das altas de preço da venda do sisal na década 1950-60 e início da de 1960. Como vimos, os agricultores de Valente utilizaram a planta do sisal como cêrca em suas lavouras. A cidade de Valente é, pois, o próprio símbolo do desenvolvimento sisaleiro na Bahia.

Em 1950 Valente era ainda um povoado, que fazia parte do município de Conceição do Coité, com uma população de 796 habitantes. Em 1958 tornou-se a sede do nôvo município de 711 km² de superfície. Em 1965 a população da cidade era de 4 000 habitantes e a do município 17 000 habitantes.

Tôda a população da cidade contribui para seu desenvolvimento em colaboração com a administração regional. Hoje a cidade cresce a partir de uma planificação; junto à praça central, muito bem ornamentada, encontram-se o comércio e os serviços, bem como um grande cinema em fase final de construção; na periferia encontram-se residências luxuosas e confortáveis. Mais longe, a escola secundária e o hospital atraem a população. Isolados da cidade, dois subúrbios, habitados por trabalhadores, localizam-se às margens do açude Valente (5 000 000 m³ de água) em terreno doado pela Prefeitura.



Fig. 38 — *Vista parcial de Valente*

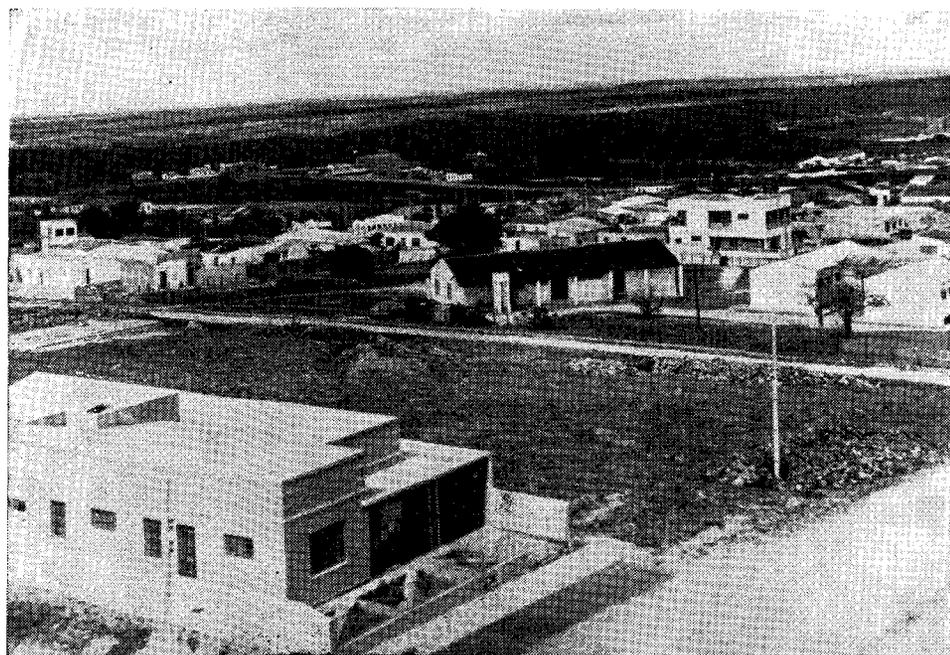


Fig. 39 — *Vista parcial de Valente*

Os trabalhos de pavimentação prosseguem nas ruas da cidade; há luz elétrica e a água para consumo é originária do açude S. Domingos (1 800 000 m³ de água), tratada e transportada a uma caixa d'água antes de ser canalizada para as residências. Há também serviço interno de telefones, com extensão à cidade vizinha de C. Coité.

As lojas são numerosas, entre as quais 10 são de grossistas; algumas são de artigos eletrodomésticos, há também um concessionário da agência de viaturas Willys Overland do Brasil. Uma agência do Banco do Estado está ao lado do Banco da Bahia S. A. Armazéns de beneficiamento e depósitos da fibra do sisal são igualmente numerosos. Há também pensões, restaurantes e bares e mesmo cabeleireiros.

21. CONCLUSÃO: A ABERTURA DA REGIÃO DEVIDO AO DESENVOLVIMENTO SISALEIRO

O desenvolvimento da lavoura sisaleira permitiu a abertura da região, graças à procura da fibra para o mercado nacional e internacional. Após a estrada de ferro, as rodovias foram abertas e as idas e vindas dos caminhões entre São Paulo ou Salvador e a região facilitaram a penetração do dinheiro, acompanhado pela imagem de um nôvo mundo, das grandes cidades.

Nas cidades da região realizam-se trabalhos de equipamento e as relações comerciais fazem aparecer uma hierarquia de centros, cuja influência se faz sentir no próprio município, como também nos municípios vizinhos. Entretanto, as facilidades de comunicação atraíram a êsses centros a influência das cidades de São Paulo e Recife, que aí fazem concorrência à própria metrópole que é Salvador.

Assim, a região se apresenta, hoje, aberta pelas relações comerciais com o norte e sul do Brasil, seja pela venda da fibra do sisal, seja pela aquisição de artigos necessários a uma vida higiênica e mais confortável.

AS CRISES DO SISAL

Ensaiei aqui uma análise dos fatores responsáveis pelas crises que atingem a cultura sisaleira, bem como os problemas que causam à vida regional. As crises de 1952, de 1957 e a que começou no fim de 1964, são responsáveis por conseqüências econômicas e sociais muito sérias para as regiões atingidas. Já que os fatores originários das crises são de ordem puramente humanos, é possível remediá-los.

22. OS FATÔRES

22.1 *A irregularidade dos preços de venda da fibra do sisal*

Êste é um problema muito complexo, que depende, por sua vez, da procura internacional e do preço de venda no mercado exterior, bem como do curso do cruzeiro e do dólar de exportação, da concorrência dos produtos de outras fontes de produção e do desenvolvimento de fibras sintéticas. Assim o problema tem suas origens em tôda a escala da preparação do sisal, desde as fontes de produção, passando pelos negociantes da fibra, até os mercados consumidores.

As fontes de produção — Os produtores do Estado da Bahia, estranhos às flutuações do mercado internacional, não são capazes de equilibrar a produção com a procura; é o contrário do que acontece com a produção de Quênia e de Tanganica, por exemplo, que, além da superioridade técnica da fibra, associa a oferta à procura e as lavouras são de propriedade de grandes emprêsas estrangeiras, das quais apenas a mão-de-obra é local. Por outro lado, não existe estocagem nas pequenas lavouras da Bahia; depósitos existem apenas em algumas lavouras muito importantes em R. Jacuípe, C. Coité, Valente e Santaluz. Êsses depósitos permitem ao produtor a espera de melhores preços.

Agentes de firmas exportadoras e negociantes locais fazem emprêstimos em dinheiro ao cultivador, que deverá pagá-los com o produto. Mas à época do vencimento, muitas vêzes a fibra é vendida a um preço inferior ao curso do dia. E, fato agravante, algumas vêzes o preço do mercado nacional é nitidamente superior ao do mercado internacional, devido ao valor do dólar de exportação. Devido a isso, cultivadores, que possuem caminhões, preferem transportar a fibra para o sul do país (São Paulo principalmente), onde a vendem a preços, muitas vêzes, o dôbro daqueles ofertados pelos negociantes na fonte de produção.

A importância dos negociantes da fibra — Em geral a comercialização do sisal é feita por firmas aptas a esta transação. Entretanto, frequentemente, infiltram-se entre elas alguns intermediários sem condições econômicas e financeiras, de cuja ação resulta a desvalorização dos preços. De início, para garantir o mercado internacional, êsses intermediários vendem a produção com antecedência, a um preço inferior àquele da Bôlsa. Além do mais os financiamentos que fazem aos cultivadores dão-lhes um certo poder de forçar a baixa dos preços nas fontes de produção.

Os negociantes do sisal podem também utilizar a Promissória Rural, título colocado em Banco para ser pago pelo produtor. A Promissória Rural foi criada pelo Govêrno a fim de permitir facilidades bancárias à comercialização do sisal; mas à época do vencimento, o produtor vende não importando qual preço a sua produção, a fim de poder liquidar a sua dívida no Banco.

É preciso não esquecer que certas firmas exportadoras são simples agências de grandes trustes que podem, assim, dominar o mercado mundial, pois estão à frente da política de especulação da fibra; tais como a Continental S. A. e a Sisalbrás S. A., que possuem agentes em vários centros produtores do sisal. O resultado dessa atividade especulativa é o estímulo de certos centros produtores, quando a procura é mais forte, com uma alta dos preços de compra da fibra. Isto é o que aconteceu na Bahia (igualmente na Paraíba) em 1951 e mais tarde, no período de 1963-64. Êsses períodos de alta foram seguidos de períodos de baixa, que coincidiram com uma superprodução da fibra sisaleira.

Em uma exposição sôbre “os problemas da comercialização da fibra do sisal”, * o gerente da agência do Banco do Brasil em Serrinha, Dr. Barradas Neto dá o exemplo da Continental S. A., de cuja ação teve por resultados uma baixa imediata dos preços do sisal brasileiro. Os preços que giravam em tórno de NCr\$ 0,25 começaram a baixar sensivelmente a ponto de atingirem o preço de NCr\$ 0,17 na época da exposição do Dr. BARRADAS NETO. **

Os mercados consumidores — A fibra do sisal da Bahia, apesar de considerada como uma das fibras de agave das mais resistentes (40% superior em resistência ao sisal africano) sofre a concorrência de produtos artificiais, com o fio sintético colocado no mercado internacional pela Kodak norte-americana e a Imperial Chemical Industries (ICL) inglesa a preços ligeiramente mais baixos que aquêles do sisal natural. Sofre também a concorrência de outras fontes de produção (exemplo das plantações de Quênia e Tanganica) que colocam no mercado uma fibra tènicamente preparada e que naturalmente recebe classificações nitidamente superiores à fibra da Bahia, que é inferior mesmo à fibra do Estado da Paraíba, onde a produção está em constante melhora.

Além disso, os mercados consumidores desenvolvem uma política de especulação a partir de suas necessidades interiores (dependência de boas colheitas entre outras) o que se traduz por uma diminuição ou por um aumento da produção de certas regiões produtoras.

O contrôle da produção — A produção do sisal de tôda a América Latina é controlada pelos americanos, através de seus agentes da Bôlsa Comercial de Londres, onde se efetua 9/10 das operações concernentes à fibra do sisal de todo o mundo. O 1/10 restante é feito em Paris, onde se realizam as operações relativas à produção do sisal dos países da África francófona.

22.2 *Os problemas de crédito*

Na Terceira Parte, quando tratamos das causas do desenvolvimento da cultura sisaleira na Bahia, vimos que o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste ajudaram a política de desenvolvimento, com empréstimos para a *instalação de culturas*. Esta política se fazia também para a *conservação das culturas* e para *compras de motores* para a preparação da fibra.

O Banco do Nordeste começou o financiamento para a instalação de novas lavouras em 1954; mas foi a partir de 1961 até 1963 que essa

* Exposição feita em setembro de 1965.

** O preço de NCr\$ 0,17 ficou estabilizado longo tempo, pois o era ainda à época das pesquisas de campo, no fim de 1966 e início 1967. Atualmente (fins 1968) o preço é de NCr\$ 0,27 o quilo.

ajuda foi mais forte. A condição exigida para ter-se o direito a esses empréstimos era a obrigatoriedade de fazer as culturas em fileiras duplas e espaçadas de 4 a 5 metros, para tornar possível a cultura intercalar. Mas os agricultores negligenciaram essa exigência, e a maioria agia segundo sua experiência, aliás muito empírica; o resultado é que grande porcentagem das culturas foi instalada sob o sistema de fileiras simples, o que demonstra também lamentável falta de fiscalização.

O Banco do Brasil fez financiamentos para a instalação de culturas de 1961 a junho de 1964. Como o Banco do Nordeste, exigia a fileira dupla, com o mesmo insucesso.

Esses Bancos exigiam, como garantia dos investimentos para a cultura do sisal, a hipoteca da exploração beneficiada; o investimento podia ir até 60% do valor da propriedade, para um período de 3 anos, prorrogável por mais 1 ano.

Mas, por receio de uma superprodução nos próximos anos, os bancos não fazem mais financiamentos para a *instalação* de novas culturas depois de 1964. Atualmente ainda há empréstimos, mas somente para a *conservação* das culturas depois do 3.º ano, por uma duração de 1 ano; mas isto não é possível a não ser para aqueles que não tiveram empréstimos para a instalação da cultura. Há também o sistema de Promissória Rural, que tem por fim financiar a compra e a venda da fibra. As operações são feitas na base de 90 a 120 dias no Banco do Brasil e 180 dias no Banco do Nordeste.

O Banco do Estado da Bahia e os bancos particulares, cujas agências se localizam na região estudada (Banco da Bahia S. A., Banco Econômico da Bahia S. A., Banco Brasileiro de Descontos S. A. e Banco Comercial do Nordeste S. A.) fazem operações para uma duração variável entre 90 e 180 dias.

Em virtude da baixa dos preços de venda da fibra e das restrições de crédito, várias lavouras encontravam-se, na época das pesquisas de campo, em grandes dificuldades: numerosos títulos haviam vencido há muito tempo, e aqueles que puderam pagar o fizeram graças à venda de um pedaço de terra (sem sisal) ou de gado, ou então por intermédio de agiotas. Os mais prejudicados eram os pequenos lavradores, dos quais as terras estavam desvalorizadas pela presença do sisal. O preço de venda do primeiro corte (1966-67) não era suficiente para cobrir a dívida feita com a instalação das culturas em 1963 e 1964, e desde que os financiamentos foram feitos por hipoteca da propriedade beneficiada, pode-se deduzir o resultado lógico dessa transação.

Na época do desenvolvimento sisaleiro houve um estímulo do governo, por intermédio dos Bancos oficiais e o agricultor acreditou que

êsse apoio fôsse permanente. Mais tarde houve a decepção, quando a baixa de preços de venda teve como resultado imediato o fechamento dos créditos para o sisal, o que mostrou aos agricultores que a cultura não tinha nenhuma proteção. É o jôgo da especulação que o agricultor dificilmente compreende. Assim, êle é obrigado a dirigir-se aos agiotas e negociantes da fibra, com perdas cada vez mais graves para a sua lavoura.

22.3 *Os problemas técnicos*

Várias vêzes vimos que a instalação da cultura na Bahia foi feita sem nenhum conhecimento técnico: o arcaísmo e o empirismo dominam na lavoura regional.

Nas fontes de produção mais evoluídas, como as plantações de sisal em Quênia e Tanganica e as de henequén, em Taumalipas (México), os intervalos entre as plantas facilitam o corte das fôlhas e as lavouras são cortadas por estradas; as fôlhas cortadas são postas na margem da estrada onde caminhões os recolhem e os transportam às usinas localizadas nos centros das lavouras, ou nas cidades junto às grandes estradas. As fibras são preparadas, lavadas, secadas, embaladas e já saem da usina prontas para a utilização interna ou para exportação.

Na Bahia, ao contrário, é uma outra a técnica empregada para a preparação da fibra; a implantação das culturas não permite a existência de estradas e após difícil trabalho de corte as fôlhas são transportadas no dôrso de muares para a usina, onde se encontra um motor em condições precárias, de fraco rendimento. As fibras não são lavadas e, assim, após a secagem, têm uma coloração esverdeada devido à presença da clorofila; em seguida as fibras são transportadas, por carroças ou caminhões, das lavouras até os armazéns das aglomerações, onde, mais uma vez, com técnicas rudimentares, são preparadas para a exportação.

É evidente que a fibra da Bahia não pode suportar a concorrência de fibras de qualidade superior, preparadas segundo técnicas modernas. A êsse fato se junta a fraqueza dos rendimentos nas lavouras do Estado da Bahia.

22.4 *A degradação do meio físico*

Êsse fator se traduz pela *sobrecarga do solo* e pelos *problemas de erosão*. A sobrecarga do solo já foi estudada na 4.^a parte a respeito da imobilidade da terra; é resultante da instalação anárquica das culturas e da rapidez de aparecimento dos filhotes em volta de uma planta de longo ciclo vegetativo.

Os problemas de erosão do solo se apresentam em virtude da ausência de cuidados nas encostas, da redução da fertilidade devido à ação das raízes da planta e da ausência de utilização de esterco e de compostos químicos.

A ausência de cuidados sobre as encostas: o sisal é uma planta que tem a vantagem de proteger os solos, desde que se encontrem, nas encostas, em curva de nível. Entretanto, na Bahia, as lavouras do sisal foram instaladas sem conhecimentos técnicos e esse fato acelera a erosão em áreas onde o escoamento superficial é intenso.

A redução da fertilidade do solo: o sisal, além de ter uma alta pressão osmótica, tem também forte capacidade de penetração vertical de suas raízes, a fim de captar os alimentos nutrientes do solo, tais como o cálcio (CaO) e o magnésio (MgO). Por essas razões é prudente associar o sisal com certas culturas, a exemplo das leguminosas, quando há um espaço conveniente entre as plantas de sisal (caso das plantas em fileiras duplas).

A experiência * mostrou que na Paraíba, na região do Brejo, a exploração intensa do sisal, à base de uma tonelada de fibras por ano, empobrece os solos nas proporções seguintes:

Nitrogênio (N)	— 44 kg/ha
Fósforo (P ₂ O ₅)	— 27 "
Potássio (K ₂ O)	— 70 "
Cálcio (CaO)	— 118 "
Magnésio (MgO)	— 53 "

Assim, é necessário restituir ao solo os resíduos da cultura e da preparação da fibra com as cinzas e o caldo (este tem 75% de N, 90% de K e 10% de CaO e MgO) ao qual se ajuntam estêrco nitrogenado.

A ausência da utilização de estêrco e de composto químico — As culturas do sisal na Bahia são livres de estêrco, que poderia aumentar a produção por hectare, se bem que os lavradores conheçam a vantagem dos resíduos do sisal para a fertilidade do solo, eles não o utilizam, por negligência ou descuido.

23. CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS DAS CRISES

Os mais importantes efeitos das crises do sisal são a queda do rendimento da cultura, com dificuldades muito graves para o pequeno lavrador, e baixa do nível de vida da população, que se traduz por uma

* Citada em Sisal (problemas econômicos), vol. I — Banco do Nordeste do Brasil S. A., Ceará 1959.

redução do movimento comercial dos municípios, onde o sisal faz parte de suas rendas.

a — A queda de rendimento: Esta é uma consequência que ameaça os lavradores e que se traduz de uma maneira diferente, desde que se trate de uma pequena ou de uma grande lavoura. O pequeno lavrador é aquele que sofre com a especulação; desde que haja uma redução da procura da fibra, ele se encontra diante de compromissos que assumiu anteriormente com o negociante da fibra; é preciso prepará-la e cumprir o contrato. Então ele se depara com outro problema: o do custo da produção; — deve pagar os trabalhadores frequentemente sem, ao menos, um pequeno lucro, que justifique a conservação da cultura.

Mas o grande lavrador, se não é ao mesmo tempo negociante da fibra tem, também, a pecuária ou outras fontes de renda; pode, então, esperar melhores preços ou colocar o gado nas plantações onde os bulbilhos lhe serve de alimento. Isto ocorreu no Estado da Paraíba durante a crise de 1957, e o mesmo aconteceu na Bahia, onde várias culturas foram destruídas voluntariamente pelo fogo, no fim de 1966, como tive ocasião de testemunhar. Mas na Bahia o sisal está sendo substituído pela palma forrageira (*Opuntia ficus var. indica inermis* Burbank) (figura 40), a conselho de agrônomos de instituições oficiais e financiamentos bancários. Esta nova cultura é preciosa para o alimento do gado na ocasião das secas, porque ela é muito rica em água.



Fig. 40 — A palma forrageira

b — A baixa do nível de vida: Esta consequência é evidenciada na lavoura e também nas aglomerações. O lavrador, com a diminuição da procura da fibra, é obrigado a reduzir, igualmente, o trabalho de

preparação; não há entrada de dinheiro porque há falta de venda e os trabalhadores estão sem trabalho. Da mesma forma, nos armazéns a redução de trabalho provoca o desemprego dos trabalhadores da fibra.

Há, então, nítida redução da moeda circulante, e o resultado é a baixa do nível de vida. A época das pesquisas *in loco*, tôdas as agências bancárias registravam uma baixa no movimento de depósito; certas lojas, além de uma redução das vendas, encontrava-se diante de obrigações financeiras urgentes; e as feiras estavam menos freqüentadas que normalmente, com uma redução de compradores e de vendedores. Eu mesma testemunhei casos de falência devido a essa situação.

24. O SISAL, CULTURA "CÍCLICA"

O desenvolvimento da cultura do sisal no Estado da Bahia teve a grande vantagem de fixar o homem à terra (como trabalhador) e de favorecer a aquisição de terrenos (pelos mais favorecidos), onde plantaram a agave. Entretanto as crises, principalmente aquela que iniciou-se em 1964, provocam, pouco a pouco, o retôrno à caatinga pastoril e o desaparecimento progressivo da efêmera estrutura agrária (figura 41). O êxodo rural, por um momento reduzido, vai novamente acelerar-se e a organização urbana esboçada, graças à comercialização, está em perigo com a ameaça de uma outra letargia regional. O progresso rápido da cultura, com uma transformação econômica e social e prosperidade na região, seguido pelo declínio devido à especulação e à falta de política econômica a longo prazo, fazem com que essa cultura se assemelhe a outras culturas especulativas que constituem ciclos da

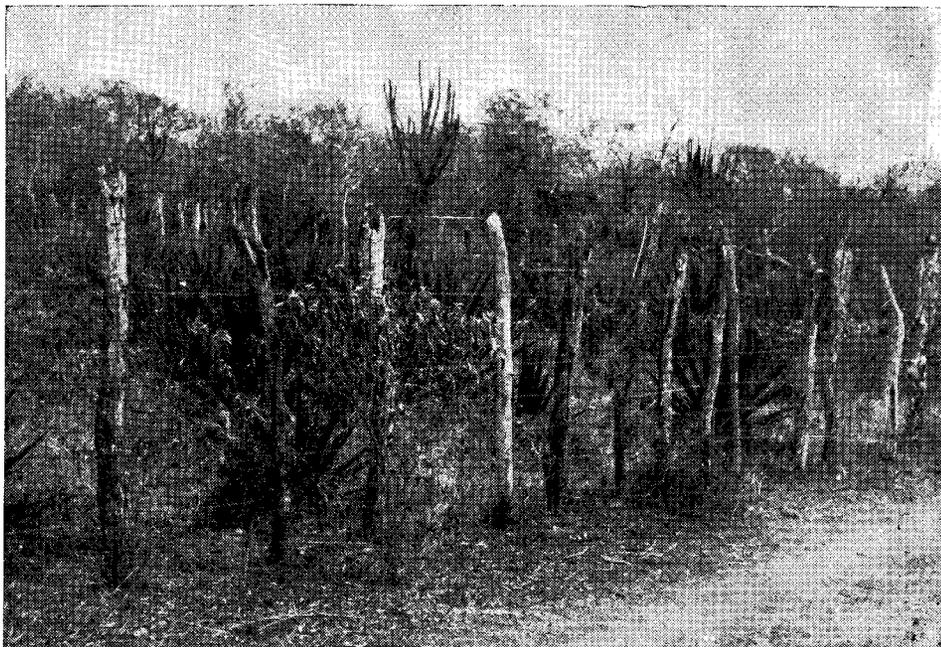


Fig. 41 — Ressurgimento da vegetação de caatinga em antigos campos de cultura da agave.

economia brasileira, tais como a cana-de-açúcar, a borracha e o café, se bem que, no caso do sisal, seus efeitos são restritos à área estudada.

24.1 *O êxodo*

Antes do desenvolvimento sisaleiro na região, o êxodo rural se fazia em vagas humanas amontoadas em caminhões chamados “paus-de-arara”. Hoje é diferente: parte-se em ônibus, que deixam a região com destino ao Rio de Janeiro e, principalmente, a São Paulo. Nesta última cidade, onde já se encontram parentes ou amigos, o elemento masculino se orienta para o trabalho nas indústrias; as mulheres, muito raras, empregam-se como domésticas, e aquelas que são um pouco instruídas e que “apresentam-se bem” podem trabalhar nas lojas.

Alguns desses imigrantes têm problemas de adaptação, mas em geral retornam em férias, principalmente durante as festas de São João ou de Natal. Quando não mais possuem dinheiro retornam a São Paulo para trabalhar e algumas vezes levam consigo algum parente ou amigo para dar-lhe a mesma chance.

Essas informações me foram prestadas pelo proprietário da empresa de ônibus Santo Antônio, em Queimadas, Sr. RANÚSIO BATISTA. Disse-me ainda que grande parte dos salários dos emigrados é enviada, através da própria empresa, a parentes que ficam na região. Creio que este é o mesmo processo que ocorre na França com os trabalhadores portugueses e norte-africanos, com a diferença que, os nossos, não tendo sucesso em São Paulo, têm a possibilidade de retornar a sua região, com uma passagem gratuita outorgada por aquela empresa.

E não se creia que esses imigrantes são párias ou desclassificados, há entre eles um grande espírito de solidariedade e os que são bem sucedidos ajudam aos outros. Às noites de sábado eles se reúnem no clube “A União Mútua”, de propriedade de um imigrante de Cansanção, a fim de dançar e aplaudir cantores famosos.

Duas vezes por semana um ônibus parte de Euclides da Cunha, com viajantes desse município e também de Monte Santo, Cansanção, e um pouco menos de Queimadas, Santaluz, C. Coité e Valente, em direção a São Paulo. Outros ônibus partem de Feira de Santana. Para Salvador partem 3 ônibus de M. Santo e 3 outros partem de Queimadas. Há portanto, grande ligação entre a região e essas cidades.

A época de mais forte número de viajantes para São Paulo é a das secas, mais em geral há equilíbrio entre as idas e vindas, pois que o retorno é sempre certo, seja de maneira definitiva ou temporária.

No momento da pesquisa preliminar a meu trabalho (fins de 1966 e início de 1967) sentia-se certa angústia por parte dos pequenos lavradores inqueridos. Essas pessoas que ocuparam suas terras com o sisal, encontravam-se em desesperada espera de qualquer coisa que pudesse salvar suas lavouras. Em geral os homens estavam mais calmos e confiantes, enquanto as mulheres diziam que a única coisa racional a fazer seria partir; algumas dessas pessoas tinham um filho ou parente em

São Paulo, e dêles esperavam dinheiro para lhes encontrar. Assim, o atual tipo de êxodo rural pode mudar de característica mais uma vez.

24.2 *O retôrno à grande propriedade e à exploração extensiva do gado*

Esta tendência apresenta-se nas grandes lavouras; em algumas delas o fogo já destruiu várias tarefas em culturas de sisal. Entre numerosos casos, presenciei o incêndio de 200 tarefas (87,12 ha) sôbre 1 340 tarefas (uma média de 58,7 ha) da fazenda São Bento, a mais antiga lavoura de sisal em R. Jacuípe: o objetivo era colocar o gado e em seguida fazer plantações de palma forrageira.

Além disso, a SUDENE, através dos seus técnicos, faz, na região, uma campanha para o plantio da palma e os bancos oficiais oferecem financiamentos para essa cultura. Ora, o pequeno lavrador de sisal, desde que a fibra não ofereça bons preços e que não possa comprar o gado, será obrigado a partir deixando a terra abandonada; por outro lado, o grande lavrador escapa à crise do sisal e ainda mais tem a vantagem de poder apropriar-se, sem pagar, dessas terras abandonadas, para nelas colocar o gado. Nesse momento haverá o retôrno a uma situação anterior, com a diferença, entretanto, que a terra pôde ser valorizada e a palma forrageira servirá de complementação ao alimento do gado.

24.3 *A ameaça da decadência da rêde urbana esboçada pelo desenvolvimento comercial*

Vimos que, graças ao sisal, a região teve intensificadas suas relações humanas e a comercialização permitiu o esboço de uma rêde urbana que não pode ser aqui claramente explicada por escapar ao objetivo imediato dêste trabalho. Entretanto, é evidente que os ensaios de urbanização na maior parte das cidades atraíram os serviços, os quais, por sua vez, intensificaram a influência dessas mesmas cidades. Mas, desde que o sisal desapareça da região para ser substituído pela palma, apenas o êxodo retirará a mão-de-obra sã em benefício das indústrias de São Paulo, e desaparecerão a comercialização e os serviços, pois algumas cidades, tais como Valente, C. Coité, Santaluz e Araci, que vivem da atividade sisaleira, serão cidades mortas, já que o gado sôzinho não poderá promovê-las. A região está, assim, ameaçada de destruição de todo um êxito de alguns anos, para cair, mais uma vez, em letargia já conhecida do século XVII até o século XX.

25. CONCLUSÃO: UMA ESPECULAÇÃO SEM CESSAR AMEAÇADA PELAS CRISES

É impossível considerar a segurança como elemento constante da região sisaleira. As crises se repetem cada vez mais frequentemente e os raros períodos de bons preços não são suficientes para garantir uma estabilidade econômica e social. Os fatores das crises acompanham sempre as culturas de especulação e a população regional encontra-se à mercê de uma política perigosa, que origina graves conseqüências sócio-econômicas locais, bem como para a economia geral do País.

CONCLUSÃO GERAL

26. O MECANISMO DE UMA CULTURA DE ESPECULAÇÃO: CASO DO SISAL NA BAHIA

O resultado da instalação da lavoura sisaleira na Bahia é consequência da introdução e do desenvolvimento de uma cultura de especulação, com tôdas as vantagens e desvantagens que ela pode produzir na região que é objeto. O que faz a originalidade dessa instalação na Bahia é o *acaso* da introdução na região e também a utilização como *cérca*, em virtude de dificuldades econômicas.

A partir do momento em que se descobriu as diferentes utilizações da planta, houve tôda uma campanha para sua extensão espacial, infelizmente sem nenhum conhecimento técnico; o Govêrno do Estado, na época, deu o primeiro impulso, com prêmios, para a instalação de lavouras. Em seguida as emprêsas começaram sua ação especulativa para o estabelecimento de agências e fornecendo empréstimos e que, por isso mesmo, acrescentaram um encorajamento suplementar à instalação de novas lavouras sisaleiras.

Quase tôda a produção é destinada aos mercados exportadores, e desde que a superprodução ameace a região, tem-se a baixa de preços no curso da Bôlsa e a retirada dos mercados compradores. Quando o desespero faz com que os lavradores destruam as culturas, há nova alta de preços, ao lado de forte procura, que tem como consequência um nôvo encorajamento e o restabelecimento das lavouras.

Assim, o sisal representa, na Bahia, um caso típico de lavoura de especulação em região subdesenvolvida, com uma constante instabilidade econômica e social. O sistema agrícola anterior (culturas de subsistência, pecuária) transformou-se, pela especialização de caráter comercial da lavoura sisaleira, em sistemas econômicos, dos quais dois se associam na região; o da economia agrícola primitiva e o da economia de mercado.

O *sistema de economia primitiva* é evidenciado por uma evolução original de tipos de apropriação do solo e dos modos de exploração, com uma tendência à concentração individual e familiar, e pelo fraco rendimento da terra e da produtividade do trabalho devido ao atraso da técnica agrícola. O *sistema de economia de mercado* é caracterizado pela organização comercial e de transportes na região, e pelo fato de que a parte mais substancial dos benefícios da produção é absorvida pelos negociantes da fibra.

Êsses sistemas são resultantes de mecanismos diferentes, uns espontâneos, outros impostos, que influenciam sôbre a produção e sôbre a comercialização, respectivamente. Sôbre a produção, porque ela é feita pelos lavradores que realizam a venda com agentes comerciais no quadro restrito da região. Os custos do transporte entram, pois, em jôgo, sômente para os casos do envio da produção da lavoura até o local de

venda. Por outro lado, os investimentos nas lavouras são feitos sob forma de crédito bancário, e os casos de autofinanciamento são raros. Não há previsão econômica; assim quando os preços são elevados, os lavradores têm tendência a investir seus benefícios em novas lavouras, as quais só produzem após 4 anos, quando então a conjuntura econômica poderá ter mudado (é sempre o caso, também, para outras culturas, tal o café) o que conduz a queda dos preços.

Sobre a comercialização, a ação de mecanismos impostos é devido a influência de fortes grupos econômicos no predomínio do mercado mundial da fibra. A partir dos preços estabelecidos na Bolsa Comercial de Londres, são fixados os preços para a comercialização interior; entretanto, na região, esses preços sofrem variações freqüentes sob a cobertura de uma classificação feita arbitrariamente pelos compradores, sem nenhuma garantia oficial. É preciso sublinhar a presença de numerosos intermediários entre o produtor e o exportador, que compram a fibra a preço inferior àquele fixado pela Bolsa Nacional.

Os grupos econômicos, raros, porém poderosos, são constituídos por trustes, tais como as firmas SANBRA, SISALBRÁS e CONTINENTAL. Esses dois últimos exercem predomínio no mercado mundial da fibra e sua influência se estende a todas as fontes de produção.

27. SOLUÇÕES POSSÍVEIS

A melhor solução para salvar a lavoura do sisal, afastando para sempre a ameaça de crises, é a seguinte: 1) a reunião dos lavradores do sisal em cooperativas locais; 2) investimentos pelos organismos oficiais; 3) a fixação de um preço mínimo; 4) a criação de indústrias para o consumo local da produção sisaleira. Essas medidas devem ser tomadas conjuntamente, pois o seu sucesso depende da sua interligação.

27.1 *A criação de cooperativas*

O primeiro passo para a criação de uma cooperativa de produtores de sisal já foi dado, com o registro em cartório, em 1965, da Cooperativa dos Produtores de Sisal do Estado da Bahia Responsabilidade Limitada, sediada em Salvador. Mas, até o momento, essa Cooperativa tem existência apenas jurídica. Entretanto, a Cooperativa Mista Agropastoril de Jacobina, que possui, entre seus associados, numerosos lavradores do sisal, decidiu, há 2 anos, ocupar-se do preparo e da comercialização da fibra; a produção confiada à Cooperativa é enviada a Salvador, onde a fibra é beneficiada e em seguida comercializada. Após essa operação a Cooperativa paga ao produtor o preço de venda da fibra

Mas na região estudada uma cooperativa dos produtores do sisal deve possuir tarefas mais amplas, em virtude da complexidade do sistema de produção. Assim a ela compete:

- adquirir máquinas para a mudança do sistema de cultura e em consequência do melhoramento da qualidade da fibra;

- compra do produto diretamente ao produtor;
- estocagem e venda do produto.

Os *investimentos oficiais* seriam distribuídos às cooperativas e seu emprêgo seria orientado pelas associações rurais que existem já em certos municípios, pelos técnicos da ANCARBA e do Ministério da Agricultura e pela fiscalização dos organismos que fizessem os investimentos.

A *fixação de um preço mínimo* deveria ser estabelecida pelo Governo, a fim de manter certa situação sócio-econômica, regional, durante a *reorganização regional* que seria realizada da maneira seguinte: as plantações de sisal em cada lavoura seriam divididas em 4 partes; cada ano a cooperativa encarregar-se-ia da substituição da quarta parte dessa lavoura, através de máquinas para a sua destruição e preparo de novas plantações em fileiras duplas; no ano seguinte seria a segunda parte, em seguida a terceira e no momento do preparo da quarta parte, a primeira plantada segundo novas técnicas já produziria uma fibra de qualidade.

Em seguida seria a tarefa de *reorganização das usinas*, sempre pelas cooperativas. As lavouras atuais não permitem a colocação de máquinas de grande capacidade de operação, em virtude das dificuldades de corte e de transporte; mas, com novas lavouras em fileiras duplas, os cortes seriam fáceis e o acesso à usina muito rápido; a fibra beneficiada poderia, assim, concorrer com aquela produzida na África e em outras regiões, no mercado internacional.

Ao lado dessa *reorganização do sistema de produção* seria recomendável a criação de *indústrias* de papel, escôvas e outros produtos, na região ou mesmo fora, a fim de permitir elevado consumo da fibra; êsse fato impediria que a produção estivesse sempre na dependência dos mercados exteriores. Na região estudada, além de uma atividade artesanal, apenas existem algumas fábricas de tapetes, barbantes, sacolas e outros. Em Serrinha existem duas dessas fábricas, uma das quais ocupa mão-de-obra de 86 trabalhadores locais. Assim, as indústrias, além da consumação da fibra, seriam também uma garantia para a mão-de-obra regional.

A existência de cooperativas, entretanto, dificulta a ação dos negociantes da fibra e também as atividades das emprêsas que instalam lavouras em Jacobina, segundo os métodos modernos. Se o sistema de produção atual continua, essas novas lavouras constituem grande ameaça para o conjunto da região sisaleira.

27.2 *A associação do sisal com outras culturas*

A fim de reduzir os efeitos da monocultura do sisal, poder-se-á associá-lo com outras culturas, desde que não existam problemas de adaptação: a associação de culturas de leguminosas, entre o sisal e a planta associada, será também muito benéfica para o sisal. Além do mais é possível a associação com culturas de subsistência, tais como a mandioca e as leguminosas, e mesmo a palma forrageira para alimentar o gado, bem como com certas culturas comerciais, tais como a

mamona, o algodão e o girassol. Experiências de associação do sisal com essas culturas são feitas com sucesso na Estação Experimental de Valente.

A mamona — Hoje bem comercializada, a mamona é plantada desde 1964, em associação com o sisal, no município de Jacobina. Mas, devido a ausência de limpeza nas lavouras do sisal, é êle que domina nas plantações. A mamona do tipo longo pode ser plantada em associação, nos dois primeiros anos do ciclo vegetativo do sisal, em uma fileira ao meio; no 3.º ano do ciclo do sisal pode fazer-se mesmo 2 fileiras, no centro com a mamona de altura média, e no 4.º ano pode escolher-se uma fileira de mamona do tipo baixo. Entretanto a mamona prejudica o sisal devido a sombra; o sisal tem necessidade de luz solar para seu desenvolvimento e seu emprêgo não seria mais que um paliativo.

O algodão — Introduzido em Santaluz, C. Coité e Queimadas, no fim do século passado, o algodão desenvolveu-se bem. Entretanto, a ameaça da “lagarta rosada”, associada à falta de comercialização, reduziram essa cultura e em alguns locais foi completamente eliminada (caso de Santaluz e C. Coité).

Em R. Jacuípe vi o resultado de uma experiência feita em uma lavoura com o sisal e o algodão; depois de 10 anos, êles estão juntos; o algodão não é prejudicado pelo sisal e vice-versa. Da mesma maneira em Jacobina, na plantação da SEPEL, o algodão é associado ao sisal que se encontra no 3.º ano do seu ciclo vegetativo. Entretanto, em certos municípios, a cultura algodoeira apresenta fraco rendimento; assim, em M. Santo e Cansanção, produz apenas 35 kg/ha, enquanto em Jacobina e Saúde o rendimento é de mais ou menos 550 kg/ha.

O girassol — Essa cultura é muito ativa em Jacobina para o preparo de óleo comestível. Sua comercialização começa e parece que tem futuro. Na lavoura da SEPEL, em Jacobina, o sisal está também associado ao girassol.

27.3 *A substituição da lavoura do sisal pela pecuária leiteira*

A tendência atual da região é a instalação da lavoura da palma forrageira, ideal para a alimentação do gado. Em virtude do baixo preço da fibra, numerosos cultivadores queimam suas lavouras para substituí-la pela palma forrageira.

Essa substituição é mais econômica que a renovação da lavoura sisaleira. Há também a vantagem da proximidade de Feira de Santana e de Salvador, as duas cidades mais importantes do Estado da Bahia, onde o consumo da carne, do leite, manteiga, queijo e outros produtos é sempre certa. Mas a pecuária necessita de muitas terras e de mão-de-obra reduzida, assim é vantajosa apenas para o grande proprietário; em conseqüência o êxodo empurrará a população regional para as grandes cidades, onde há risco de desemprego, com graves conseqüências sociais.

28. A CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS, A INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS E A ASSOCIAÇÃO DO SISAL COM OUTRAS CULTURAS — SOLUÇÃO IDEAL PARA A REGIÃO

A solução ideal para a região estudada é, pois, a formação de cooperativas, a instalação de indústrias e a associação do sisal com outras culturas comerciais e de subsistência. E isto pelas razões seguintes:

- 1) o sisal fixou o homem à terra, com a possibilidade de realização de uma lavoura adaptada às condições ecológicas locais;
- 2) a cultura do sisal é feita, em sua maioria, por lavradores médios e pequenos; e justamente os pequenos lavradores, pela falta de comercialização do sisal e também pela falta de dinheiro para comprar gado serão obrigados a partir, com outros trabalhadores agrícolas que, desempregados, deverão deixar a região; assim haverá forte recrudescência do êxodo, que fará essa região recair na sua letargia anterior, em proveito de cidades como São Paulo, que recolherão essa mão-de-obra vigorosa e desde então disponível;
- 3) o desaparecimento do sisal reduzirá e mesmo eliminará uma organização sócio-econômica recentemente instalada, com o retorno à grande propriedade e à criação extensiva do gado.

Assim, mesmo considerando os grandes investimentos necessários eles são perfeitamente válidos, em virtude das vantagens sociais e econômicas muito importantes para o desenvolvimento do Brasil.

ANEXO I

Produtos agrícolas de venda — 1960 (ton.)

MUNICÍPIOS	Sisal	Mamona	Fumo	Algodão	Café
Araci.....	1 200	1	—	—	—
Cansanção.....	1 120	996	—	0,750	—
C. Formoso.....	2 100	4 600	267	—	150
C. Coité.....	20 000	1 800	—	—	—
E. Cunha.....	690	74	—	—	—
Itiúba.....	1 700	1 240	—	—	15
Jacobina.....	5 573	15 000	180	392	360
Jaguarari.....	113	500	—	—	85
M. Calmon.....	630	287	—	—	114
M. Santo.....	1 500	240	—	0,450	—
Nova Soure.....	—	—	—	—	—
Pindobaçu.....	187	525	—	—	150
Queimadas.....	2 180	2	—	—	—
R. Jacuípe.....	3 500	2 000	150	—	—
Santaluz.....	2 860	—	—	—	—
Saúde.....	240	8 274	30	192	13
S. Bonfim.....	80	270	48	—	105
Serrinha.....	2 450	10	129	—	—
Tucano.....	700	36	—	36	—
Uauá.....	2 200	—	—	—	—
Valente.....	9 500	75	—	—	—
TOTAL.....	58 523	35 930	756	621 200	992

I. O LAVRADOR, SUA FAMÍLIA E SEU AMBIENTE PROFISSIONAL

- A — IDADE?
- B — ESTADO CIVIL?
- C — QUANTOS FILHOS MENORES HOMENS E QUANTAS MULHERES?
- D — QUANTOS FILHOS MAIORES HOMENS E QUANTAS MULHERES?
- E — CÔR DO PAI?
- F — CÔR DA MÃE?
- G — OS PAIS E FILHOS NASCERAM NA REGIÃO OU SÃO IMIGRANTES DE OUTRA ZONA, NO ÚLTIMO CASO, DE ONDE ERAM PROCEDENTES?
- H — QUANTOS ANOS RESIDE NO LUGAR ATUAL DO TRABALHO?
- I — QUANTOS ANOS TRABALHA NA PLANTAÇÃO ATUAL?
- J — JÁ TRABALHOU EM OUTRO OFÍCIO QUALQUER E QUAL?
- L — CASO POSITIVO, CONTINUA NO MESMO ALÉM DA SUA ATIVIDADE AGRÍCOLA?

II. A ÁREA DO TRABALHO E SEU OCUPANTE

- A — É PROPRIETÁRIO, ARRENDATÁRIO, MEEIRO, TAREFEIRO, EMPREGADO, ADMINISTRADOR, OU SIMPLES INVASOR DO TERRENO QUE OCUPA A PLANTAÇÃO?

(Descrever detalhadamente as relações entre o plantador e o proprietário da área plantada, citando, caso houver plantador diferente do proprietário, seu nome e residência. Fritisar a relação “explotação” e “exploração”).

- B — ÁREA OCUPADA COM SISAL E ÁREA OCUPADA COM EVENTUAL CULTURA DE SUBSISTÊNCIA?
- C — HAVIA CULTURA DIFERENTE NA MESMA ÁREA ANTES DO PLANTIO DE SISAL? (Era pasto, cultura de cereais, terra sem cultura alguma, mas que pertencia à alguém, ou era terra devoluta do Estado) DESCRIVER AS RAZÕES DE CADA TIPO DE OCUPAÇÃO.
- D — A ÁREA DO PLANTIO TEM MEDIÇÃO OFICIAL E/OU TÍTULO REGISTRADO NA DELEGACIA DE TERRAS E MINAS?
- E — É SIMPLES POSSE OU USUFRUTO OU *ENFITEUSE* OU O QUÊ?
- F — HÁ QUANTO TEMPO PLANTA SISAL NA REGIÃO E EM PARTICULAR NA ÁREA INVESTIGADA?
 - 1 — A SAFRA É A PRIMEIRA?
 - 2 — É A SEGUNDA SAFRA?

- 3 — OU QUANTOS CICLOS DE SAFRA JÁ HOUE COM O ATUAL OCUPANTE?
- G — TEM BRAÇO ASSALARIADO TEMPORÁRIO OU PERMANENTE E QUANTOS?
- H — ESPECIFICAR O SALÁRIO DIÁRIO, SEMANAL OU MENSAL, SE HOVER.
- I — OS ASSALARIADOS MORAM COM O OCUPANTE DA TERRA, RECEBENDO ALÉM DO ALOJAMENTO ALIMENTAÇÃO “IN NATURA”?
- J — OS ASSALARIADOS MORAM FORA DA ÁREA SOB INVESTIGAÇÃO?
- L — A MAIORIA DOS MESMOS É SOLTEIRA OU CASADA?
- M — OS ASSALARIADOS E O PATRÃO CONTRIBUEM PARA ALGUM IAP E EM QUE BASE DE SALÁRIO?
- N — EM CASO DE NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, DIZER A QUE DISTÂNCIA É A MESMA DISPONÍVEL?
- O — HÁ OUTRAS CULTURAS DE SUBSISTÊNCIA NA PLANTACÃO ATUAL? AS MESMAS SÃO ROTATIVAS OU NÃO?

III. RELAÇÕES HUMANAS

- A — EXISTE UMA FEIRA NO LUGAR OU PERTO DO PLANTIO DE SISAL? DE ONDE PROCEDEM OS PRODUTOS VENDIDOS NA FEIRA PARA OS COMPRADORES E IDEM PARA OS VENDEDORES? QUAL É O MEIO DE TRANSPORTE PARA ATINGIR O LOCAL DA FEIRA?
- B — ONDE OS ATACADISTAS ADQUIREM OS SEUS PRODUTOS DE SUBSISTÊNCIA E OUTROS BENS DE CONSUMO?
- C — ONDE SÃO ADQUIRIDOS
- cc — as vestimentas e sapatos?
 - dd — os móveis?
 - ee — os implementos agrícolas?
- D — AS NOTÍCIAS AÍ CHEGAM POR INTERMÉDIO DE
- dd — rádio?
 - ee — jornais?
 - ff — por outros meios?
- E — DE QUE CIDADES CHEGAM AS NOTÍCIAS, DA CAPITAL OU DE ALGUMA CIDADE PRÓXIMA?
- F — PARA ONDE SÃO ENVIADOS OS JOVENS PARA ESTUDAR, PARA CAPITAL OU OUTRAS CIDADES DA REGIÃO, DISPONDO DE COLÉGIOS?
- G — ONDE OS JOVENS DO LUGAR GOSTARIAM DE MORAR?
- H — OS JOVENS EMIGRAM DA LOCALIDADE?
- hh — para onde?
 - ii — por que motivo?
 - jj — maioria rapazes ou mças?
- I — QUAL É A LOCALIDADE QUE OS HABITANTES CONSIDERAM “CIDADE”?

J — HÁ INFLUÊNCIA DE OUTRAS INDÚSTRIAS, LOCALIZADAS NA REGIÃO, COM RELAÇÃO À FÔRÇA DE TRABALHO DISPONÍVEL (Petrobrás, etc.)?

IV. A PRODUÇÃO DA TERRA

A — QUAL É A PRODUÇÃO BRUTA DA PLANTAÇÃO (QUILOS)?

B — QUAL É A PRODUÇÃO LÍQUIDA (QUILOS) DEPOIS DO BENEFICIAMENTO DO PRODUTO?

C — O PLANTIO É MANUAL, COM AUXÍLIO DE MÁQUINAS OU MISTO?

D — CASO HAJAM MÁQUINAS, QUEM AS FORNECE OU ONDE O OCUPANTE DA TERRA AS COMPRA E EM QUE CONDIÇÕES?

E — DESCREVER OS TIPOS DE MÁQUINAS EXISTENTES NA PLANTAÇÃO.

F — QUAL É A ÉPOCA DO PLANTIO E QUAL A DA SAFRA? (citar os meses de plantio, os meses de safra e os meses de entressafra.)

G — DESCREVER O PREPARO (BENEFICIAMENTO) DO SISAL DEPOIS DA SAFRA? (corte, seleção das fôlhas, desfibramento, secagem e enfardamento etc.)

H — HÁ SELEÇÃO DE SEMENTES PARA O PLANTIO E DE ONDE PROCEDEM?

I — QUAL É O MEIO DE TRANSPORTE DA PRODUÇÃO ATÉ O LUGAR DA SUA VENDA (animal, caminhão, estrada de ferro)?

J — HÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA E/OU FINANCEIRA POR PARTE DA UNIÃO E/OU DO ESTADO NO PREPARO DA TERRA E DO PRODUTO? (Descrever detalhadamente os tipos de financiamento concedidos pelos bancos oficiais da União e/ou do Estado, idem da assistência técnica com referência à seleção de sementes, implementos agrícolas, adubo, assistência por agrônomos do Estado ou da União etc.)

L — Repetir o mesmo questionário sob "J" quando se TRATAR DE AUXÍLIO DE INICIATIVA PRIVADA (bancos particulares, exportadores da Capital etc.)

M — REPETIR O MESMO QUESTIONÁRIO QUANDO SE TRATAR DA "ABCAR".

V. COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO NO INTERIOR E/OU NA CAPITAL

A — VENDA DO PRODUTO POR ANTECIPAÇÃO, ANTES DA SUA SAFRA.

aa — A PREÇOS COMPENSADORES OU NÃO?

bb — DURANTE OU DEPOIS DA COLHEITA DA MERCADORIA BRUTA E/OU BENEFICIADA?

- B — COM PAGAMENTO A VISTA OU A PRAZO?
- C — QUAIS SÃO OS COMPRADORES DO PRODUTO?
 - cc — comerciantes gerais do lugar maior mais próximo?
 - dd — agentes especializados das casas exportadoras da capital, residindo na região produtora, compradores atacadistas, independentes dos exportadores que residem na região produtora, ou a venda se procede diretamente aos exportadores residindo na capital, sem interferência de terceiros?
- D — A MERCADORIA É ENTREGUE AO COMPRADOR
 - dd — em estado bruto sem classificação?
 - ee — classificada por tipos?
 - ff — enfardada ou não?
- E — EM CASO DA ENTREGA DA MERCADORIA EM ESTADO BRUTO
 - ee — como é feita a classificação e a pesagem?
 - ff — quem classifica a mercadoria, os prepostos e classificadores oficiais do S.E.R. ou o comprador particular?
 - gg — o produtor prefere a classificação oficial ou do comprador particular, dando as razões para cada tipo de classificação?
- F — EXISTEM NAS PLANTAÇÕES ARMAZÉNS APROPRIADOS PARA A ESTOCAGEM DE MERCADORIA JÁ BENEFICIADA? (Descrever os div. tipos de armazéns.)
- G — IDEM IDEM NOS LUGARES MAIORES ONDE ESTÃO LOCALIZADOS OS COMPRADORES DO PRODUTO?
- H — HÁ BENEFICIAMENTO DO PRODUTO POR PARTE DO COMPRADOR, DE MODO APROPRIADO EM SENTIDO TÉCNICO?

VI. ESTRUTURA DO COMÉRCIO EXPORTADOR DO PRODUTO NA CAPITAL

- A — VENDA DIRETA DO EXPORTADOR NACIONAL AO IMPORTADOR E/OU IMPORTADOR OU MANUFATUREIRO RESIDINDO NO EXTERIOR?
- B — VENDA DO EXPORTADOR POR INTERMÉDIO DE AGENTE LOCAL E IMPORTADOR ESTRANGEIRO?
- C — RELAÇÃO DO PREÇO ENTRE INTERIOR E EXTERIOR E RESPECTIVA MARGEM DE LUCRO?
- D — QUAIS SÃO OS MAIORES COMPRADORES NACIONAIS E PARA QUE FIM UTILIZAM O SISAL?
- E — QUAIS SÃO OS MAIORES PAÍSES COMPRADORES DO PRODUTO? (Relacionar para os dois últimos itens as estatísticas dos últimos três anos.)
- F — INTERFERÊNCIA DO GOVÉRNO FEDERAL (CACEX) NA FIXAÇÃO DOS PREÇOS INTERNOS E EXTERNOS?

ANEXO III

MUNICÍPIOS	População urbana	População rural	PORCENTAGEM	
			População urbana (%)	População rural (%)
C. Formoso.....	3 527	32 249	9,85	90,14
C. Coité.....	1 632	24 509	6,24	93,75
E. Cunha.....	1 247	15 093	7,63	92,36
Itiúba.....	1 917	13 916	12,10	87,89
Jacobina.....	6 548	45 145	12,66	87,89
Jaguarari.....	1 561	10 163	13,41	86,68
M. Calmon.....	4 389	20 789	17,43	82,56
M. Santo.....	2 278	23 167	8,95	91,04
Nova Soure.....	984	6 918	12,45	87,54
Queimadas.....	1 670	8 439	16,51	83,48
R. Jacuípe.....	2 044	25 650	7,38	92,61
Santaluz.....	1 893	5 377	26,03	73,96
Saúde.....	2 420	15 264	13,68	86,31
S. Bonfim.....	7 913	18 973	29,43	70,56
Serrinha.....	4 253	41 589	9,27	90,72
Tucano.....	2 075	18 397	10,13	89,86
Uauá.....	889	9 135	8,86	91,13
TOTAL.....	47 240	334 773	12,36	87,63

ANEXO IV

População — Grupos de idade em 1940

MUNICÍPIOS	MENOS DE 20 ANOS		DE 20 A 69 ANOS		DE 70 ANOS E MAIS	
	Total	%	Total	%	Total	%
C. Formoso.....	19 390	54,19	15 773	44,08	613	1,71
C. Coité.....	14 937	57,14	10 775	41,21	429	1,64
E. Cunha.....	8 661	53,02	7 229	44,25	445	2,72
Itiúba.....	8 595	54,28	6 831	43,14	407	2,57
Jacobina.....	27 234	52,68	23 771	45,98	688	1,33
Jaguarari.....	6 438	54,91	5 076	43,29	210	1,79
M. Calmon.....	14 078	55,91	10 742	42,66	358	1,42
M. Santo.....	13 212	51,92	11 508	45,22	726	2,85
Nova Soure.....	4 195	53,08	3 490	44,16	217	2,74
Queimadas.....	5 416	53,57	4 438	43,90	255	2,52
R. Jacuípe.....	15 562	56,26	11 580	41,86	516	1,86
Santaluz.....	3 928	54,03	3 190	43,87	152	2,09
Saúde.....	9 279	52,47	8 128	45,96	277	1,56
S. Bonfim.....	13 836	51,46	12 387	46,07	663	2,46
Serrinha.....	25 496	55,61	19 357	42,22	989	2,15
Tucano.....	10 863	53,06	9 087	44,38	522	2,54
Uauá.....	5 476	54,62	4 281	42,70	267	2,66
TOTAL.....	206 596	54,08	167 643	43,88	7 734	2,02

ANEXO V
População ativa

MUNICÍPIO	População ativa total	POPULAÇÃO AGRÍCOLA			
		Valôres absolutos		Valôres relativos	
		Homens	Mulheres	Homens (%)	Mulheres (%)
C. Formoso.....	25 172	9 442	936	37,50	2,63
C. Coité.....	17 756	7 967	1 506	44,86	8,48
E. Cunha.....	11 408	4 471	393	39,19	3,44
Itiúba.....	10 962	4 258	460	38,84	4,19
Jacobina.....	36 911	10 484	1 159	28,40	3,13
Jaguarari.....	8 443	2 955	173	34,99	2,04
M. Calmon.....	17 558	6 073	829	34,58	4,72
M. Santo.....	18 245	7 259	2 115	39,78	11,59
N. Soure.....	5 460	2 122	136	37,62	2,41
Queimadas.....	7 171	2 633	103	36,71	1,43
R. Jacuípe.....	19 351	7 369	533	38,08	2,75
Santaluz.....	5 092	1 412	177	27,72	3,47
Saúde.....	13 008	4 139	441	31,81	3,39
S. Bonfim.....	19 706	5 043	519	25,59	2,63
Serrinha.....	31 667	12 399	2 929	39,15	9,24
Tucano.....	14 467	6 157	1 198	42,55	8,28
Uauá.....	6 939	2 239	205	32,26	2,95
TOTAL.....	269 496	96 422	13 812	35,77	5,12

ANEXO VI
Áreas exploradas em 1940

MUNICÍPIOS	Área explorada em ha (total) (ha)	Lavoura (ha)	Pastagem (ha)	Mata (ha)
C. Coité.....	56 054	11 017	29 229	15 808
C. Formoso.....	51 084	10 354	29 755	10 975
E. Cunha.....	12 591	3 044	9 098	449
Itiúba.....	40 035	5 623	3 613	30 799
Jacobina.....	80 474	9 246	39 276	31 952
Jaguarari.....	10 447	2 496	7 242	709
M. Calmon.....	62 656	7 632	35 425	19 599
M. Santo.....	24 224	9 787	14 045	392
N. Soure.....	7 150	4 531	2 485	134
Queimadas.....	57 265	2 564	3 005	51 696
R. Jacuípe.....	80 443	5 804	29 825	44 814
Santaluz.....	5 419	2 204	2 626	589
Saúde.....	33 022	4 132	17 137	11 753
Serrinha.....	66 078	12 716	31 103	22 259
S. Bonfim.....	12 542	4 412	4 484	3 646
Tucano.....	11 422	6 493	2 694	2 235
Uauá.....	5 426	2 366	3 060	—
TOTAL.....	616 332	104 421	264 102	247 809

ANEXA VII

Número e área das propriedades agropastoris em 1940

MUNICÍPIOS	MENOS DE 5 ha		DE 5 A 50 ha		DE 50 A 100 ha		DE 100 A 500 ha		MAIS DE 500 ha	
	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha
C. Coité.....	272	1 007	1 993	38 660	211	15 621	159	34 564	18	10 924
C. Formoso.....	780	2 232	1 036	17 863	146	10 898	181	38 113	17	31 125
F. Cunha.....	475	1 534	796	10 002	37	2 496	35	8 118	4	—
Itiúba.....	566	1 527	768	13 320	122	9 015	121	24 397	16	14 657
Jacobina.....	312	973	1 153	24 066	172	12 459	279	59 713	30	40 470
Jaguarari.....	997	2 441	363	5 062	27	2 058	16	3 866	5	—
M. Calmon.....	305	774	1 135	24 230	250	18 197	173	33 264	15	15 790
M. Santo.....	585	1 931	1 152	16 555	98	6 938	53	10 197	11	7 030
N. Soure.....	171	619	438	5 366	11	766	12	3 409	7	1 669
Queimadas.....	71	233	353	7 884	130	10 029	208	42 785	21	20 505
R. Jacuípe.....	60	218	1 153	30 335	376	27 985	392	78 616	90	116 503
Santaluz.....	21	—	185	5 704	126	9 564	124	26 817	25	22 241
Saúde.....	81	239	540	11 203	100	7 463	137	27 533	12	20 542
Serrinha.....	545	1 904	2 356	44 040	259	18 227	179	37 454	14	12 010
S. Bonfim.....	817	2 285	625	9 100	51	3 854	51	10 624	5	—
Tucano.....	1 559	4 478	661	7 565	2	—	16	4 441	3	—
Uauá.....	893	2 434	375	3 514	5	375	—	—	—	—
TOTAL.....	8 510	24 929	15 082	273 469	2 123	156 145	2 136	433 911	294	358 766
%.....	30,22	4,11	53,57	45,10	7,54	25,75	7,58	71,56	1,04	59,16

ANEXO VIII

Porcentagem de propriedades agropastoris em 1940

MUNICÍPIOS	-- de 5 ha (%)	5 a 50 ha (%)	50 a 100 ha (%)	100 a 500 ha (%)	+ de 500 ha (%)
C. Formoso.....	9,16	6,86	6,87	8,47	5,78
C. Coité.....	3,19	13,21	9,93	7,44	6,12
E. Cunha.....	5,58	5,27	1,74	1,63	1,36
Itiúba.....	6,65	5,09	5,74	5,66	5,44
Jacobina.....	3,66	7,64	8,10	13,06	10,20
Jaguarari.....	11,71	2,40	1,27	0,74	1,70
M. Calmon.....	3,58	7,52	11,77	8,09	5,10
M. Santo.....	6,87	7,63	4,61	2,48	3,74
N. Soure.....	2,00	2,90	0,51	0,56	2,38
Queimadas.....	0,83	2,34	6,12	9,73	7,14
R. Jacuípe.....	0,70	7,64	17,71	18,35	30,61
Santaluz.....	0,24	1,22	5,93	5,80	8,50
Saúde.....	0,95	3,58	0,04	6,41	4,08
S. Bonfim.....	9,60	4,14	2,40	2,38	1,70
Serrinha.....	6,40	15,62	12,19	8,38	5,10
Tucano.....	18,31	4,38	0,09	0,74	1,02
Uauá.....	10,49	2,48	0,23	—	—
TOTAL.....	100	100	100	100	100

ANEXO IX

Responsáveis pelo estabelecimento

MUNICÍPIOS	Número de estabelecimentos agropastoris	RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO			
		Proprietário	Administrador	Arrendatário	Ocupante
C. Formoso.....	2 166	2 038	109	12	7
C. Coité.....	2 653	2 409	242	2	2
E. Cunha.....	1 347	1 121	213	10	3
Itiúba.....	1 593	1 303	224	8	9
Jacobina.....	1 946	1 778	157	8	3
Jaguarari.....	1 408	1 283	121	3	1
M. Calmon.....	1 878	1 697	137	10	34
M. Santo.....	1 899	1 775	122	—	2
N. Soure.....	639	613	22	2	2
Queimadas.....	783	600	183	—	—
R. Jacuípe.....	2 071	1 638	431	2	—
Santaluz.....	481	328	153	—	—
Saúde.....	870	842	24	4	—
S. Bonfim.....	1 549	1 360	68	4	117
Serrinha.....	3 354	3 065	282	7	—
Tucano.....	2 241	2 089	132	—	20
Uauá.....	1 274	1 134	138	2	—
TOTAL.....	28 152	25 073	2 758	74	200

ANEXO X

Número de proprietários dos estabelecimentos agropastoris em 1940

MUNICÍPIOS	Número de agricultores e pastores	Número de proprietários dos estabelecimentos
C. Formoso.....	10 378	2 038
C. Coité.....	9 473	2 409
E. Cunha.....	4 864	1 121
Itiúba.....	4 718	1 303
Jacobina.....	11 643	1 778
Jaguarari.....	3 128	1 283
M. Calmon.....	6 902	1 697
M. Santo.....	9 374	1 775
N. Soure.....	2 258	613
Queimadas.....	2 736	600
R. Jacuípe.....	7 902	1 638
Santaluz.....	1 589	328
Saúde.....	4 580	542
Serrinha.....	15 328	3 065
S. Bonfim.....	5 562	1 360
Tucano.....	7 355	2 089
Uauá.....	2 444	1 134
TOTAL.....	110 234	24 773

ANEXO XI

Pecuária

MUNICÍPIOS	VALOR ABSOLUTO DO ANIMAL			RELAÇÃO POR CABEÇA DE ESPÉCIME		
	Bovinos	Caprinos	Ovinos	Bovinos	Caprinos	Ovinos
C. Formoso.....	30 871	13 057	12 072	0,86	0,63	0,26
C. Coité.....	21 190	27 125	42 792	0,81	1,03	1,63
E. Cunha.....	17 191	31 620	14 899	1,05	1,93	0,91
Itiúba.....	19 207	46 737	19 473	1,21	2,95	1,22
Jacobina.....	40 321	24 639	15 174	0,78	0,48	0,29
Jaguarari.....	11 367	35 935	6 606	0,96	3,06	0,56
M. Calmon.....	26 189	11 393	3 995	1,05	0,45	0,15
M. Santo.....	29 189	58 996	21 081	1,14	2,31	0,82
N. Soure.....	4 385	2 067	4 945	0,53	0,26	0,62
Queimadas.....	24 663	40 101	15 344	2,43	3,96	1,51
R. Jacuípe.....	47 253	59 101	77 350	1,70	2,13	2,79
Santaluz.....	14 936	27 241	15 241	2,05	3,74	2,09
Saúde.....	14 588	6 609	2 864	0,82	0,37	0,16
S. Bonfim.....	15 038	16 999	7 182	0,55	0,63	0,26
Serrinha.....	29 724	36 792	42 570	0,64	0,80	0,92
Tucano.....	17 128	30 519	22 563	0,83	1,49	1,10
Uauá.....	19 193	84 235	40 355	1,91	8,40	4,02
TOTAL.....	382 851	553 166	354 486	1,00	1,44	0,95

ANEXO XII

Número de plantas do sisal

MUNICÍPIOS	1961	1965	% de variação
C. Formoso.....	3 550	3 600	1,40
C. Coité.....	40 000	69 000	72,50
E. Cunha.....	4 450	16 000	259,55
Itiúba.....	2 000	5 063	153,15
Jacobina.....	5 550	17 000	206,30
Jaguarari.....	135	1 600	1 085,18
M. Calmon.....	1 100	7 400	572,72
M. Santo.....	7 100	11 300	59,15
N. Soure.....	4 500	3 000	— 33,33
Pindobaçu.....	825	950	15,15
Queimadas.....	8 000	19 000	137,50
R. Jacuípe.....	6 000	60 000	900,00
Santaluz.....	14 850	58 000	290,57
Saúde.....	450	800	77,77
S. Bonfim.....	600	2 700	350,00
Serrinha.....	6 350	3 800	40,15
Tucano.....	2 500	6 600	164,00
Valente.....	36 000	67 000	86,11
Araci.....	3 560	5 800	62,92
Cansanção.....	6 100	10 000	63,93
TOTAL.....	153 620	368 613	139,95

ANEXO XIII

Variação do número de propriedades (1940-1960)

MUNICÍPIOS	MENOS DE 5 ha			DE 5 A 50 ha			DE 50 A 100 ha		
	1940	1960	% de variação	1940	1960	% de variação	1940	1960	% de variação
C. Formoso.....	780	4 371	460,38	1 036	2 704	161,00	146	215	47,26
C. Coité.....	272	1 795	559,92	1 993	3 705	85,90	211	376	78,19
E. Cunha.....	475	1 439	202,94	796	1 881	136,30	37	105	183,78
Itiúba.....	566	516	— 8,83	768	816	6,25	122	97	— 20,49
Jacobina.....	312	1 397	347,75	1 153	3 276	184,12	172	525	205,23
Jaguarari.....	997	1 226	22,96	363	838	130,85	27	46	70,37
M. Calmon.....	305	565	85,24	1 135	1 396	22,99	250	226	— 9,60
M. Santo.....	585	3 693	531,28	1 152	2 741	137,93	98	75	— 23,46
N. Soure.....	171	861	403,50	438	1 117	155,02	11	50	354,54
Queimadas.....	71	1 301	1 732,39	353	800	126,62	130	61	— 53,07
R. Jacuípe.....	60	519	765,00	1 153	3 040	163,66	376	633	68,35
Santaluz.....	21	100	376,19	185	390	110,81	126	107	— 15,07
Serrinha.....	545	3 154	478,71	2 356	4 536	92,52	100	268	168,00
Saúde.....	81	490	504,93	540	1 585	193,51	51	64	25,49
S. Bonfim.....	817	2 284	179,55	625	734	17,44	259	339	30,88
Tucano.....	1 559	1 994	27,90	661	2 076	214,06	2	90	— 400,00
Uauá.....	893	1 202	34,60	375	668	78,13	5	15	200,00
TOTAL.....	8 510	26 907	216,18	15 082	32 303	114,18	2 123	3 292	55,06

MUNICÍPIOS	100 A 500 ha			MAIS DE 500 ha		
	1940	1960	% de variação	1940	1960	% de variação
C. Formoso.....	181	259	43,09	17	39	129,41
C. Coité.....	159	236	48,42	18	24	33,33
E. Cunha.....	35	69	97,14	4	14	250,00
Itiúba.....	121	65	— 46,28	16	10	— 37,50
Jacobina.....	297	407	81,72	30	47	56,66
Jaguarari.....	16	36	125,00	5	2	— 60,00
M. Calmon.....	173	176	1,73	15	26	73,33
M. Santo.....	53	55	3,77	11	17	54,54
N. Soure.....	12	41	241,66	7	9	28,57
Queimadas.....	208	97	— 53,36	21	32	52,38
R. Jacuípe.....	392	500	27,55	90	51	— 43,33
Santaluz.....	124	93	— 25,00	25	10	— 60,00
Saúde.....	137	179	30,65	12	8	— 33,33
S. Bonfim.....	51	67	31,37	5	5	—
Serrinha.....	179	246	37,43	15	24	60,00
Tucano.....	16	73	356,25	3	19	533,30
Uauá.....	—	2	—	—	—	—
TOTAL.....	2 136	2 701	26,45	294	327	11,20

ANEXO XIV

Variação do número de responsáveis pelo estabelecimento

MUNICÍPIOS	PROPRIETÁRIOS			ADMINISTRADORES			ARRENDATÁRIOS		
	1940	1960	% de variação	1940	1960	% de variação	1940	1960	% de variação
C. Formoso.....	2 038	6 937	240,38	109	258	136,69	12	30	150,00
C. Coité.....	2 409	5 796	140,59	242	243	0,41	2	2	—
E. Cunha.....	1 121	3 231	188,22	213	252	18,30	10	2	90,00
Itiúba.....	1 303	1 406	7,90	224	91	59,37	8	—	—
Jacobina.....	1 778	5 051	184,08	157	286	82,16	8	57	612,50
Jaguarari.....	1 283	2 011	56,74	121	35	71,07	3	68	166,63
M. Calmon.....	1 697	2 215	30,52	137	159	16,05	10	7	30,00
M. Santo.....	1 775	1 345	257,46	122	90	26,22	—	20	—
N. Soure.....	613	1 602	161,33	22	51	131,81	2	19	850,00
Queimadas.....	600	1 552	158,66	183	22	87,87	—	1	—
R. Jacuípe.....	1 638	4 345	165,26	431	375	12,99	2	5	—
Santaluz.....	328	604	84,14	153	90	41,17	—	—	—
S. Bonfim.....	1 360	3 075	126,10	68	55	19,11	4	20	0,04
Serrinha.....	3 065	7 889	157,88	282	285	1,06	7	33	—
Saúde.....	842	2 313	147,70	24	165	587,50	4	5	25,00
Tucano.....	2 089	4 086	95,59	132	73	44,69	—	—	—
Uauá.....	1 134	1 777	56,70	138	95	31,15	2	7	250,00
TOTAL.....	25 073	60 255	140,31	2 758	2 625	4,82	74	276	272,97

ANEXO XV

Variação da densidade da população

MUNICÍPIOS	1940 (hab/km ²)	1960 (hab/km ²)	% de variação
C. Coité.....	14,26	23,34	63,67
C. Formoso.....	3,58	9,60	168,15
E. Cunha.....	3,01	5,89	95,68
Itiúba.....	9,13	11,24	23,11
Jacobina.....	7,94	11,57	45,71
Jaguarari.....	5,50	5,89	7,09
M. Calmon.....	14,61	16,68	15,60
M. Santo.....	5,58	9,08	62,72
N. Soure.....	15,89	23,15	45,68
Queimadas.....	3,72	6,51	75,00
R. Jacuípe.....	7,28	13,00	78,57
Santaluz.....	4,27	6,12	43,32
Saúde.....	5,15	7,85	52,42
Serrinha.....	7,41	18,30	146,96
S. Bonfim.....	11,76	15,77	34,09
Tucano.....	4,71	7,85	66,66
Uauá.....	3,73	4,19	12,33
TOTAL.....	7,50	11,54	53,86

ANEXO XVI

Variação da população total

MUNICÍPIOS	1940	1960	de % variação
C. Formoso.....	35 776	51 499	43,94
C. Coité.....	26 141	45 023	72,23
E. Cunha.....	16 340	31 983	95,73
Itiúba.....	15 833	19 474	22,99
Jacobina.....	51 693	75 214	45,50
Jaguarari.....	11 724	15 155	29,21
M. Calmon.....	25 178	28 456	13,01
M. Santo.....	25 445	40 020	57,28
N. Soure.....	7 902	15 231	92,74
Queimadas.....	10 109	17 648	74,57
R. Jacuípe.....	27 694	49 400	78,37
Santaluz.....	7 270	10 412	43,21
Saúde.....	17 684	24 287	37,33
S. Bonfim.....	26 886	34 498	28,31
Serrinha.....	45 842	74 330	62,14
Tucano.....	20 472	34 099	66,56
Uauá.....	10 024	13 101	30,69
TOTAL.....	382 013	579 830	51,78

ANEXO XVII

Mortalidade infantil — 1960

Araci.....	9
C. Formoso.....	16
Cansanção.....	38
C. Coité.....	...
E. Cunha.....	72
Itiúba.....	...
Jacobina.....	90
Jaguarari.....	17
M. Calmon.....	52
M. Santo.....	23
N. Soure.....	19
Pindobaçu.....	3
Queimadas.....	46
R. Jacuípe.....	67
Santaluz.....	16
Saúde.....	—
S. Bonfi	89
Serrinha.....	80
Tucano.....	26
Uauá.....	6
Valente.....	...
Estado da Bahia.....	9 726

ANEXO XVIII

Exportação, em quilos, da fibra do sisal para outros Estados do Brasil (DEE)

ESTADOS	1960	1961	1962	1963	1964	1965
São Paulo.....	2 498 836	3 498 439	1 932 625	816 952	662 561	1 822 086
Guanabara.....	172 898	374 944	238 732	323 264	59 324	192 737
Rio Grande do Sul.....	113 906	415 728	453 864	125 973	335 132	344 974
Santa Catarina.....	26 523	29 654	34 284	2 510	18 335	16 787
Rio de Janeiro.....	25 158	11 400	993	52 624	105 807	309 680
Minas Gerais.....	8 256	24 642	2 546	53 000	36 352	—
Pernambuco.....	6 250	1 377 580	3 028 540	61 696	14 368	—
Paraná.....	1 005	1 759	7 838	—	2 401	—
Rio Grande do Norte.....	110	—	—	—	—	—
Sergipe.....	—	26 309	—	2 000	6 710	—
Mato Grosso.....	—	6 000	—	—	—	—
Espírito Santo.....	—	1 239	3 130	—	7 089	—
Maranhão.....	—	10 818	222	9 909	—	—
Piauí.....	—	—	8 118	9 947	109	—
Ceará.....	—	—	2 326	6 700	2 630	—
Alagoas.....	—	—	107	—	531	—
Goiás.....	—	—	2 360	—	545	—
Amazonas.....	—	—	—	5 183	1 000	—
Pará.....	—	—	—	3 642	7 200	—
TOTAL.....	2 852 942	5 778 512	5 715 685	1 473 400	1 260 094	2 690 120

ESTADOS	1960	1961	1962	1963	1964	1965
São Paulo.....	289 661	904 788	1 693 998	816 952	662 561	874 664
Rio de Janeiro.....	80 792	325 046	—	52 624	105 807	732 901
Guanabara.....	159 483	143 725	267 333	323 264	59 324	90 373
Santa Catarina.....	1 164	—	—	2 510	18 335	19 605
Pernambuco.....	—	100 455	M 63 479	61 696	14 368	1 000
Mato Grosso.....	—	1 805	—	—	—	—
Rio Grande do Sul.....	—	—	102 910	125 973	335 132	271 086
Amazonas.....	—	—	—	5 183	1 000	5 000
Pará.....	—	—	—	3 642	7 200	1 500
Maranhão.....	—	—	—	9 909	—	—
Piauí.....	—	—	—	9 947	109	—
Ceará.....	—	—	—	6 700	2 630	—
Sergipe.....	—	—	—	2 000	6 710	10 489
Minas Gerais.....	—	—	—	53 000	36 352	212 440
Alagoas.....	—	—	—	—	531	1 000
Espírito Santo.....	—	—	—	—	7 089	10 408
Paraná.....	—	—	—	—	2 401	541
Goiás.....	—	—	—	—	545	—
TOTAL.....	531 100	1 475 819	2 127 720	1 473 400	1 260 094	2 231 007

ANEXO XIX

Indústrias com mais de 5 operários — 1965

C. Coité.....	47	(tôdas de sisal)
Valente.....	23	» » »
Serrinha.....	10	(3 de sisal)
E. Cunha.....	6	
S. Bonfim.....	6	
Retirolândia.....	6	(tôdas de sisal)
Tucano.....	5	(3 de sisal)
M. Santo.....	5	(tôdas de sisal)
Santaluz.....	4	(» » »)
Queimadas.....	3	(» » »)
C. Formoso.....	2	
Jacobina.....	3	(2 de sisal)
M. Calmon.....	2	(1 » »)
N. Soure.....	2	(tôdas de sisal)
Itiúba.....	1	
TOTAL.....	125	

ANEXO XX

Evolução da população por distritos (1940/1960)

DISTRITOS	NÚMERO DE HABITANTES		Diferença
	1940	1960	
C. Coité.....	18 410	24 580	6 170
Valente.....	7 731	12 664	4 933
E. Cunha.....	14 464	23 325	8 861
Canudos.....	1 876	5 127	3 251
Itiúba.....	15 833	19 474	3 641
Jacobina.....	28 634	22 550	- 6 048
Caém.....	6 429	7 332	903
Itapeipu.....	14 719	17 453	2 734
M. Santo.....	17 283	27 127	9 844
Cansanção.....	8 162	12 893	4 731
Queimadas.....	10 109	11 986	1 877
R. Jacuípe.....	16 107	24 824	8 717
Candeal.....	3 804	9 188	5 384
Gavião.....	5 519	11 278	5 759
Ichu.....	2 984	4 110	1 126
Santaluz.....	7 270	10 412	7 142
Serrinha.....	25 240	29 602	4 362
Araci.....	7 356	17 580	10 224
Biritingas.....	7 317	9 246	1 929
Lamarão.....	5 929	6 958	1 029
Tucano.....	13 912	22 677	8 765

Evolução da população por distritos (1950/1960)

DISTRITOS	NÚMERO DE HABITANTES		Diferença
	1950	1960	
Caatinga do Moura.....	4 779	4 870	91
Itaitu.....	2 483	2 875	392
Quijingue.....	9 675	11 422	1 747

População dos distritos criados em 1960

	habitantes
S. José do Jacuípe.....	3 032
Serrolândia.....	1 197
Várzea Nova.....	4 861
Itapiru.....	6 433
Barrocas.....	4 511
Retirolândia.....	5 056
Salgadália.....	2 723
Massacará.....	3 531
Nordestina.....	5 662

BIBLIOGRAFIA

- ÁLVARES, J. Rey — O transporte ferroviário no Nordeste do Brasil — Divisão de Documentação, Recife, 1962.
- ANDREA, Raimundo — Chuvas na Bahia, MVOP — DNOCS — Salvador, 1962.
- ATLAS DO BRASIL — CNG — 1960.
- ATLAS GEOECONÔMICO DA BAHIA — Imprensa Oficial, 1959.
- BERNARDES, Nilo — Sobre a roça e a fazenda no Brasil — *Bol. Carioca* n.ºs 3 e 4, 1958.
- BONDAR, Gregório — Solos da Bahia, sua conservação e aproveitamento — *Bol. Geográfico*, 99, ano IX, junho 1951 — IBGE, Rio.
- C. N. G. — Relatório de excursão, fevereiro 1962.
- CUNHA, Euclides — *Os Sertões* — Liv. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1957.
- DERRUAU, Max — *Précis de Géographie Humaine* — Armand Colin, Paris, 1961.
- DERRUAU, Max — *Précis de Géomorphologie* — Masson & Cie., Paris, 1956.
- DUQUE, J. Guimarães — Solo e Água no Polígono das Secas — Publ. 148, série I-A 135, Ceará 1949.
- DOMINGUES, A. J. Pôrto — *Bahia — Guia de excursão* n.º 6, do XVIII Congresso Internacional de Geografia, CNG, Rio de Janeiro, 1956.
- DOMINGUES, A. J. Pôrto — Grande Região Nordeste — *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, 3, CNG, Rio de Janeiro, 1957.
- DUCHAUFOR, P. — *Précis de Pédologie* — Masson & Cie. Editeurs Paris 1960.
- FOX, David J. Henequem in Taumalipas, Mexico — *The Journal of Tropical Geography*, vol. 21 — Dec. 1965.
- FROMONT, P. — *Economie Rurale* — Ed. M. Th. Génin, Paris, 1957.
- GALLAIS J. — Étude Géographique de l'aménagement agricole de la serra de Baturité — Rapport. mission d'étude en été, 1963.
- GEORGE, P. — *La Campagne, le fait rural à travers le monde* — Presses Universitaires de France, Paris, 1956.
- GEORGE, P. — *Précis de Géographie Economique* — Presses Universitaires de France, Paris, 1956.
- GEORGE, P. — *Précis de Géographie Rurale* — Presses Universitaires de France.
- HARTT, F. — Geologia e Geografia Física do Brasil.
- JAMES, Preston — Tipos de uso da terra no Nordeste do Brasil — *Boletim Geográfico* 159, ano XVIII, 1960.
- JUILLARD, E. — La notion de région — *Annales de Géographie*, sept. 62.
- LACERDA DE MELO, M. — Bases geográficas dos problemas do Nordeste — *Revista Bras. de Geografia* n.º 4 Ano XXIV, Rio de Janeiro, 1962.
- LABORATÓRIO DE GEOMORFOLOGIA E ESTUDOS REGIONAIS DA UNIVERSIDADE DA BAHIA — Relatório de excursão à região de Valente, 1962.
- MAYO, Celeste, R. — Considerações gerais sobre a semi-aridez no Nordeste do Brasil. *Res. Bras. Geog.* n.º 4, ano XXIII, 1961.
- MEDINA, Julio C. — Plantas Fibrosas da Flora Mundial.
- MENDRAS, H. — Études de sociologie rurale — *Cahiers de Fond. Nat. Sc. Politiques*, 40 — A. Colin, Paris 1953.
- PAISAGENS DO BRASIL — CNG, IBGE, Rio, 1961.
- PRADO, Júnior — *Formação do Brasil Contemporâneo*.
- RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL — 1940, 1950 e 1960 — IBGE — Rio de Janeiro.
- RAMOS, Filho — Sisal, sua história entre nós — Artes Gráficas, Salvador, 1965.
- ROCHEFORT — Méthodes d'étude des réseaux urbains — *Annales de Géographie* — 1957.
- SANTOS, M. — O povoamento da Bahia, suas causas econômicas — Tese, Imprensa Oficial da Bahia, 1948.
- SANTOS, M. — Le sons — développement de l'Etat de Bahia — (Brésil) — Extraits des *Cahiers du Monde Hispanique et Luso Brésilien* — Caravelle, 1965.
- SISAL (Problemas Econômicos, 1 vol. e Problemas Técnicos, 2 vol.) — Banco do Nordeste do Brasil, S. A. — Ceará, 1959.
- SOUZA, Bernardino J. — *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil* — Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1961.

- THORNTWAITE — Rational classification of Climate — *Geographical Review*, January, 1948.
- TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL — CNG — Rio de Janeiro, 1957.
- TRICART J. e SANTOS M. — Estudos de Geografia da Bahia — Publicações da Universidade da Bahia — 1958.
- VALVERDE, O. — O sertão e a serra — *Bol. Carioca*, 3 e 4, 1952.
- VALVERDE, O. — Sistemas de roças — *Bol. Carioca*, V, n.ºs 3 e 4.
- VALVERDE, O. — Conceitos de sistema agrícola intensivo e extensivo — *Rev. Br. Geog.* n.º 4, ano XXIII — 1961.
- WAIBEL, Leo — *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil* — CNG, Rio, 1958.
- ZIMMERMANN, B. — Race relation in the Arid Sertão (Race and Class in Rural Brazil) — Edited by Charles Wagley — Unesco, Paris 1952.

SUMMARY

The afflicting problem of the dryness in the Northeast of Brazil didn't affect a small area of the State of Bahia, which found its prosperity promoting conditions for better employments and social welfare, by the cultivation of a xerophite plant, the agave, which produce a textile fiber, the sisal, of great importance in the export trade.

This work analyses the factors which were contributed to give that economic aspect verified in a region compraised between the parallels of 9°50' and 12°, and between the meridians of 38°50' and 41°50' (W of Greenwich), enclosing an area of 59,543 km², in which are 33 municipal communities of Bahia State.

It was spent seven months in searches where was utilized statistical and bibliographic dates in many kind of inquiries. It was sounded too the public opinion and was proposed a questionnaire which should be filled by 40 diverse establishments.

In six chapters was divided this paper, in which was studied the main aspect of the problem: the sisal and the physical ambient, with dates about observations related to the ecological exigence of the plant; the region before the sisal boom, with historical development of the population before 1940, and the agrarian sociology after that year; the forthcoming of the sisal hemp; the communication ways and the sketch of an urban network; and, at last, and development in State of Bahia; the changes in the rural environment as a consequence of the sisal cultivation, which presents a new agrarian landscape, and the necessity of organising a new regional structure; the exigences in the prepare and commercialization of the sisal hemp; the communication ways and the sketch of an urban network; and, at last, the factors and economic consequences related to the sisal and its commercial crisis.

In the conclusion of this study are presented the possible solutions in order to avoid the threat of crisis which hinder the region become prosperous. This solution would be co-operativism, investment, to appraise a low quotation for the sisal and establish an industry with a purpose of local sale for the sisal products.

RESUMÉ

C'est en cultivant une plante xérophile, l'agave sisalana, qui fournit une fibre textile, le sisal, très recherchée par les importateurs, qu'une petite région de l'Etat de Bahia trouva la prospérité, des emplois, le bien-être social et vainquit le problème angoissant de la sécheresse du Nord-est.

La région est située entre les parallèles 9.º5' e 12.º, et entre les méridiens 38.º5' et 41.º50' (Greenwich), elle s'étend sur 59,543 km², et comprend 33 municipes de l'Etat de Bahia. L'article étudie les facteurs qui contribuèrent à sa prospérité.

Des recherches ont été faites pendant 7 mois, en utilisant des données statistiques et la bibliographie. On réalisa alors des sondagens sur l'opinion et un questionnaire a été envoyé, à 40 établissements dont 15 seulement répondirent d'une manière convenable.

Le travail comprend six parties dans lesquelles sont étudiés les principaux problèmes: — le sisal et le milieu physique, avec des données sur l'aspect physique et les observations relatives aux exigences écologiques de la plante; la région avant le "boom" du sisal, avec l'historique du peuplement antérieur à l'année de 1940, et la sociologie agraire après 1940; l'apparition et l'extension du sisal avec des considérations sur l'introduction, le développement et l'expansion de la culture à Bahia; les conséquences rurales du développement du sisal, avec le nouveau paysage agraire et la nécessité d'une immédiate restructure régionale; les nouvelles structures régionales, les exigences de la préparation et de la commercialité de la fibre, les voies de communication et l'ébauche d'un réseau urbain; les facteurs et les conséquences économiques relatifs aux crises du sisal.

Pour conclure, l'auteur présente des solutions qui pourraient éloigner la menace de crises nuisibles à la prospérité de la région. Ces solutions seraient: le coopérativisme, les investissements, la fixation d'un prix minimum et la création d'industries pour la consommation locale de la production du sisal.